

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO

RETÓRICA DE RUPTURA EM ARTIGOS PROGRAMÁTICOS
DAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: UMA ANÁLISE PELA
HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

ELIANA VIEIRA GODOY

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO

RETÓRICA DE RUPTURA EM ARTIGOS PROGRAMÁTICOS
DAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: UMA ANÁLISE PELA
HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

ELIANA VIEIRA GODOY

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Professor Doutor Ronaldo de Oliveira Batista

G589r Godoy, Eliana Vieira.

Retórica de ruptura em artigos programáticos das décadas de 1960 e 1970 : uma análise pela historiografia da linguística / Eliana Vieira Godoy. – 2015.

97 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

Referências bibliográficas: f. 92-97.

1. Historiografia linguística. 2. Retórica. 3. Ruptura. 4. Linguística brasileira. I. Título.

CDD_410.9

ELIANA VIEIRA GODOY

**RETÓRICA DE RUPTURA EM ARTIGOS PROGRAMÁTICOS
DAS DÉCADAS DE 1960 E 1970: UMA ANÁLISE PELA
HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. – Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Prof^a. Dr^a. Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Prof^a. Dr^a. Nancy dos Santos Casagrande
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC)

Dedico este trabalho:

Aos meus pais: João e Hélia, amores eternos.

Ao meu marido: João Augusto, amor da minha vida.

Aos meus irmãos: Edilson, Elenilton, Emerson e Leonardo, companheiros na tristeza e na alegria.

À minha cunhada: Suli, amiga e confidente.

Aos meus sobrinhos: Renata, Marina, João Pedro, Lívia e Théo, pela alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

Ao meu esposo, João Augusto, pela compreensão, pelo apoio e pela paciência.

Ao Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Batista, por todas as nossas conversas, pela paciência, pelo apoio e, principalmente, pelas valiosas contribuições com as quais este trabalho foi organizado.

À Profa. Dra. Neusa Bastos, responsável, em 2005, por me apresentar a Historiografia Linguística, e ainda pelas considerações importantes apresentadas na minha banca de qualificação.

À Profa. Dra. Nancy dos Santos Casagrande, pelas considerações apresentadas na minha defesa.

Ao Prof. Dr. Elenilton Vieira Godoy, pela leitura, sugestões, críticas e principalmente pela nossa amizade.

À Profa. Ms. Suli de Moura, pelo incentivo e amizade.

À Prof. Renata Carnaz, pela leitura crítica e sugestões e ainda pela nossa amizade de tantos anos.

“A retórica é chamada arte (do latim *ars*, que traduz o grego *techné*), porque é um conjunto de habilidades (é uma técnica, entendiam os antigos) que visa a tornar o discurso eficaz, ou seja, capaz de persuadir. “

Fiorin, 2014

RESUMO

Esta dissertação propõe um estudo historiográfico que toma como objeto de observação, análise e interpretação artigos programáticos (escritos para divulgar teorias e/ou métodos científicos de uma determinada área) das décadas de 1960 e 1970 escritos por linguistas brasileiros em um período de efervescência da linguística nacional, que começava a ser solidificada a implantação da área no Brasil e o início da formação de uma pluralidade de abordagens e métodos, gerando debates e embates em torno de teorias e formas de pesquisa. O objetivo central deste trabalho é analisar a retórica de ruptura utilizada por linguistas dessa época. Para a dissertação de mestrado, o *corpus* escolhido são os seguintes artigos programáticos: a) Miriam Lemle: *O novo estruturalismo em linguística: Chomsky*; b) Geraldo Mattos: *A linguística construtural*; c) Mattoso Câmara Jr.: *O estruturalismo linguístico*. O trabalho visa a investigar em que medida retóricas de ruptura se estabeleceram na história da linguística brasileira, tendo em vista a circunscrição de modos discursivos em grupos de especialidade específicos. Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados, seguindo procedimentos já tradicionais na abordagem historiográfica da pesquisa linguística, parâmetros de análise internos e parâmetros de análise externos. Como referencial teórico privilegiado estão autores como Pierre Swiggers e Konrad Koerner, que contribuíram para a definição da Historiografia Linguística como um campo nos estudos linguísticos, com diretrizes metodológicas e concepções teóricas articuladas a um modo específico de reconstruir e interpretar a história dos estudos sobre a linguagem.

Palavras-chave – Historiografia Linguística. Retórica. Ruptura. Linguística brasileira.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme a historiographical study that focuses on observation, analysis and interpretation of programmatic articles (written to promote theories and / or scientific methods of a certain area) of the 1960s and 1970s written by Brazilian linguists in a period of rich development of the national Linguistics, that started to see the area's solidified implementation in Brazil and the beginning of the plurality formation of approaches and methods, generating debates and conflicts around theories and ways of research. The main objective of this work is to discuss the rhetoric of rupture used by linguists from that time. For the dissertation, the *corpus* is the following programmatic articles: a) Miriam Lemle: The new structuralism in linguistics: Chomsky; b) Geraldo Mattos: The constructural language; c) Mattoso Jr. The linguistic structuralism. The work aims to investigate to what extent rhetoric of rupture settled in Brazilian Linguistic, with a division view of discursive modes in specific specialty groups. For the research development were selected, following traditional procedures in historiographical approach to linguistic research, internal and external analysis parameters. As theoretical reference works are authors like Pierre Swiggers and Konrad Koerner, who contributed to the definition of the Historiography of Linguistics as a field in linguistic studies with methodological guidelines and theoretical concepts articulated a specific way to reconstruct and interpret the history of the studies in language.

Keywords - Linguistics Historiography. Rhetoric. Rupture. Brazilian linguistic.

Índice de quadros

Quadro 1 – Programa de investigação (Swiggers).....	26
Quadro 2 – Primeiras publicações a respeito do Gerativismo no Brasil.....	49
Quadro 3 – Tópicos do livro <i>Princípios da Linguística Geral</i>	57
Quadro 4 - Tópicos do livro <i>Gramática Geral</i>	58
Quadro 5 – Comparação: Estruturalismo x Construturalismo.....	82
Quadro 6 – Comparação: Transformalismo x Construturalismo.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: RETÓRICA DE RUPTURA E GRUPOS DE ESPECIALIDADES: CATEGORIAS DE ANÁLISE NA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA.....	30
CAPÍTULO 2: UM OLHAR PARA A LINGUÍSTICA BRASILEIRA: ELEMENTOS PARA ANÁLISE DE ARTIGOS PROGRAMÁTICOS.....	38
2.1 BREVE PANORAMA DA LINGUÍSTICA BRASILEIRA: DOS PRIMEIROS MOMENTOS À DÉCADA DE 1960	38
2.2 MOMENTOS DE RUPTURA NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA	41
2.3 O ESTRUTURALISMO	43
2.4 O GERATIVISMO	48
2.5 O CONSTRUTURALISMO.....	52
CAPÍTULO 3: A RETÓRICA DE RUPTURA EM ARTIGOS PROGRAMÁTICOS NA LINGUÍSTICA BRASILEIRA	55
3.1 ESTRUTURALISMO, MATTOSO CÂMARA JR E A RUPTURA COM UMA TRADIÇÃO	55
3.2 GERATIVISMO, MIRIAM LEMLE E A CHEGADA DO “NOVO” NA LINGUÍSTICA	71
3.3 CONSTRUTURALISMO, MATTOS E BACK E A RUPTURA TOTAL PRETENDIDA	80
CONCLUSÃO	88
BIBLIOGRAFIA	92

Introdução

Esta dissertação insere-se no campo de pesquisa em Historiografia Linguística (ou Historiografia da Linguística¹), e nela analisaremos, a partir de *artigos programáticos*² dos anos 1960 e 1970, a *retórica*³ de linguistas brasileiros em busca de ruptura científica (nas teorias e nos procedimentos metodológicos de descrição e análise).

A nossa fundamentação teórica tem como base autores já reconhecidos como referencial na pesquisa brasileira em Historiografia Linguística: Pierre Swiggers, Konrad Koerner e Cristina Altman; também foi utilizada a introdução à área proposta por Batista (2013). Buscamos em Altman (1998, p. 24) uma definição para Historiografia Linguística, que é também a direção teórico-metodológica deste trabalho: para a autora, a Historiografia Linguística busca “compreender os movimentos em história da ciência, [o que] presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos”.

Para atender a essa diretriz, selecionamos, como objeto de análise, artigos programáticos das décadas de 1960 e 1970, representativos de programas de pesquisa (Estruturalismo, Gerativismo e Construturalismo) presentes na história da linguística brasileira, elaboramos a reconstrução histórica analítica desses movimentos e, por fim, interpretamos historiograficamente a retórica dos linguistas

¹ Batista (2013) apresenta uma discussão introdutória sobre a nomeação do campo, que não se coloca como objeto de reflexão deste trabalho. Aqui consideraremos as duas nomeações apontadas como equivalentes.

² Entende-se como *artigo programático* aquele que tem a finalidade de trazer de modo que considera como inaugural diretrizes teórico-metodológicas para um campo científico ou intelectual. Na sequência desta dissertação, a denominação *artigo programático* será explorada de modo mais abrangente. Aqui apresentamos uma breve definição apenas para situar o leitor.

³ Entende-se como *retórica* na Historiografia Linguística o discurso adotado por pesquisadores, situados em comunidades científicas e intelectuais (cf. Batista, no prelo). Esses modos de discurso, a retórica, demarcam espaços de pertencimento ou exclusão em ambientes científicos (cf. Ziman 1979). Na sequência desta dissertação, *retórica* será explorada teoricamente como categoria de análise. Aqui apresentamos uma breve definição apenas para situar o leitor em meio a diferentes sentidos possíveis para a palavra.

brasileiros que clamaram por ruptura entre diferentes paradigmas (diretrizes teórico-metodológicas de análise) em meio a grupos de especialidade (comunidades de pesquisadores) em atuação na segunda metade do século XX no Brasil.

A partir da definição de Altman acima, compreendemos que os passos da atividade historiográfica se definem não por meio de procedimentos que buscam recolher fatos passados somente por recolher, uma vez que é necessário que se faça uma *análise* desses fatos para que possamos observá-los criticamente dentro de seu contexto histórico-social de emergência e presença.

Ainda em direção a uma apresentação do referencial teórico que sustenta esta dissertação, lembramos com Koerner (1996a) que a Historiografia Linguística apresenta uma perspectiva interpretativa de eventos da história da linguística (objeto observacional, assim, de um modo analítico de interpretação), ou seja, a proposta historiográfica que apresentamos define-se como um “discurso sobre o passado tal como é produzido pelo historiador, distinto da história no sentido de fatos passados” (KOERNER, 1996a, p. 46). Foi a partir dessas considerações que a Historiografia Linguística passou, a partir de 1970, a ser vista por um novo ângulo e tornou-se centro de interesse de muitos pesquisadores europeus e norte-americanos, firmando-se como “o modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios teórico-metodológicos” (KOERNER, 1996a, p. 45).

Em consonância com essas considerações apresentadas, na visão de Swiggers (1990), a Historiografia Linguística é o estudo do saber linguístico e tem por objetivo descrever/explicar como se desenvolveu esse conhecimento num determinado contexto.

Para que se chegue a um tipo de pesquisa tal como delineado, é necessário observar que, no momento da realização de uma pesquisa historiográfica, o historiógrafo da linguística deve conhecer os conceitos relacionados à Linguística, bem como conhecer outros campos do conhecimento (como História, Filosofia e Sociologia da Ciência), para compreender, de modo abrangente, os fatos do período a ser analisado, ou seja, deve haver uma pesquisa interdisciplinar. Nesse sentido, Koerner (1996a) discorre sobre a necessidade do alcance do saber do historiógrafo:

[...] a construção das verdadeiras bases da historiografia da linguística impõe grandes exigências à atividade acadêmica individual, amplitude de escopo e profundidade de assimilação, exigindo um conhecimento quase que enciclopédico da parte do investigador, dada a natureza interdisciplinar desta atividade. (KOENER, 1996a, p. 47)

Além de dominar conhecimentos auxiliares para a análise historiográfica, o historiógrafo deve ainda ter um olhar crítico para saber o que é importante para seus estudos nas várias áreas do conhecimento. Nesse sentido, Koerner (1996a, p. 47) ressalta que “o historiógrafo deve ter capacidade de síntese, a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir das fontes primárias”.

Munido de habilidades como as indicadas, como nos lembra Batista (2013a), o historiógrafo deve olhar a História (entendida como o conjunto de eventos históricos) como sequência ininterrupta de relações causais e associativas:

Em primeiro lugar, devemos guardar a reflexão de que o olhar para a História (seja em relação ao passado, seja em relação ao presente) nos permite entender os eventos, nos quais estamos inevitavelmente inseridos, como parte de um processo histórico, que coloca em constante diálogo os tempos do passado, do presente e também do futuro, em uma construção de memórias, projeções e identidades. (BATISTA, 2013a, p. 38)

Batista (2013a, p. 38), em suas considerações a respeito da Historiografia como reconstrução interpretativa de eventos da História da Linguística, explica a importância de apresentar “um discurso de observação sobre o conjunto de eventos que dão forma à corrente histórica”.

Dessa forma, a Historiografia Linguística poderá se interessar por diferentes temas para serem analisados. Batista (2013a) indica alguns caminhos para análises, tais como estudar:

- ✓ de que forma estruturas linguísticas foram sistematizadas como objeto de estudo?
- ✓ quais seriam os pressupostos para a sistematização, descrição e análise de línguas?
- ✓ que teorias sobre a linguagem foram propostas?
- ✓ quais foram os materiais (e suas condições de produção) elaborados nas diferentes propostas de tratamento de questões linguísticas? (BATISTA, 2013a, p. 41)

Outro ponto que devemos destacar nesta exposição sobre a Historiografia Linguística é que seu objeto de pesquisa não é, conforme Batista (2013a, p. 49), a “língua e seus fenômenos”, mas como a linguagem e as línguas foram compreendidas num determinado contexto social e histórico, portanto o papel desse pesquisador não é apenas colher datas, mas sim analisar, interpretar e explicar o conhecimento sobre a linguagem gerado num determinado período histórico. Para chegar a esse nível de conhecimento, é necessário, segundo Batista (2013a, p. 50), que se faça uma “hierarquização de dados, teorias e métodos que constituem os estudos sobre linguagem ao longo do tempo”.

Para compreender de modo adequado essa definição de Historiografia Linguística, é preciso retomar Altman (1998), que argumenta que a História e Historiografia Linguística apresentam:

[...] estatutos e dimensões diferentes. Principalmente não são co-extensivas. Suas relações são comparáveis àquelas existentes entre uma gramática descritiva e a língua que ela descreve [...] (ALTMAN, 1998, p. 25)

Por isso a Historiografia efetua recortes e seleções em um documento histórico (definido como seu objeto de análise, que também pode ser considerado como os textos históricos a partir dos quais se buscará uma interpretação historiográfica) para explicar os acontecimentos situados ao longo da proposição e do desenvolvimento de diferentes conhecimentos sobre línguas e linguagem.

Desse modo, o historiógrafo da Linguística, para selecionar, analisar, interpretar e explicar o objeto de sua pesquisa, deve também observar alguns aspectos como: a) a dimensão teórica à qual o documento histórico se vincula; b) a dimensão temporal que permite a inserção do documento em recorte histórico específico, constituindo uma periodização para a análise; c) a dimensão social que possibilita a compreensão do que diz o documento em um contexto mais amplo de inserção intelectual, por exemplo.

De acordo com Batista (2013a, p.75), para que o historiógrafo possa contemplar esses aspectos em suas análises, é imprescindível que se busque um caminho metodológico para a realização de historiografias, o qual estabelecerá

diretrizes que “pressupõem a seleção do material de análise, sua ordenação (com as tentativas de periodização) e reconstrução interpretativa”.

No estágio atual de reflexão sobre procedimentos para uma pesquisa historiográfica, são considerados por diferentes autores como passos investigativos adequados os seguintes:

1. a seleção, por meio da qual o historiógrafo deve selecionar o material a ser estudado (os documentos históricos a serem analisados);
2. a ordenação, a partir da qual o historiógrafo deve contextualizar, em um recorte definido de acordo com seus interesses de pesquisa, os documentos em busca do estabelecimento de periodização (que não necessariamente precisa se configurar de modo linear);
3. a reconstrução, na qual o historiógrafo deve refazer o saber linguístico da época pesquisada, tendo como base a compreensão crítica do período, ou seja, confrontar o documento com o espírito de época e com suas interpretações, que resultarão, assim, na própria historiografia, entendida como o modo de narrar e interpretar fatos históricos.

Ainda sobre a metodologia (ou os procedimentos metodológicos) a ser adotada na Historiografia Linguística, é preciso ressaltar que os pesquisadores desse campo afirmam que ainda não se apresentou uma metodologia que possa ser considerada como base definitiva para as pesquisas relacionadas a essa área. Koerner (1996b, p. 96) explica que “desde que a história se tornou um tema genuíno de pesquisa científica, questões de metodologia têm recebido alguma atenção nos últimos anos, embora não tanto quanto desejável”, ou seja, o historiógrafo deve ficar atento à sua metodologia.

Em “Questões que persistem em historiografia linguística”, Koerner (1996a) esclarece que o historiógrafo deve encontrar caminhos próprios para a sua pesquisa e não ficar esperando que outras áreas de conhecimento apresentem alternativas.

Koerner (1996a, p. 60) apresenta três princípios metodológicos. São eles:

- a) Princípio de contextualização: é aquele que pesquisa o clima de opinião relacionado ao documento a ser estudado. Para que isso aconteça, é necessário que façamos a reconstituição do clima de opinião da época a ser estudada;
- b) Princípio de imanência: é aquele que observa o documento em sua constituição interna, levando em consideração também seu momento de produção e recepção. Para que isso aconteça, é necessário que façamos um esforço para entender os documentos analisados tanto histórica quanto linguisticamente no período em que tais documentos foram produzidos;
- c) Princípio de adequação: é aquele que busca aproximação de determinado período observado com outras teorias e/ou movimentos, também de diferentes épocas, para que se possam criar correlações históricas, tendo em vista uma ampliação da compreensão não só do conteúdo do material em análise como também de seu contexto de emergência, divulgação e recepção.

Ainda sobre proposições de procedimentos metodológicos a serem adotados na Historiografia Linguística, Swiggers (2013, p. 44) indica três fases para a execução de pesquisas: a) uma fase heurística, que tem por objetivo “informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fonte; catalogar ideias, os pontos de vista e a terminologia, contextualizar as ideias, os termos”; b) uma fase hermenêutica, que tem por objetivo elaborar “uma interpretação, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas”; c) uma fase executiva, que tem por objetivo “a demonstração dos resultados da investigação”.

Outro ponto elaborado por Swiggers (2013, p. 45) é o que indica as características que uma historiografia pode assumir, em virtude de sua própria elaboração e construção interpretativa e resultado narrativo. O autor propõe cinco perfis diferentes para caracterizar, assim, tipos de Historiografia Linguística:

- atomística: aquela “sob forma de uma apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da linguística”;
- narrativa: aquela que “relata, na sua sucessão cronológica, os acontecimentos na história da linguística”;
- nocional-estrutural: aquela que propõe uma “análise estrutural de conjuntos de ideias, de tipos de abordagens na história da linguística”;
- arquitetônico-axiomática: aquela que estabelece “descrição e análise da estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados”;
- correlativa: aquela que privilegia o “estudo entre teorias e das correlações entre pontos de vista, no âmbito da linguística, e o contexto sociocultural, político, institucional”.

A análise de nosso *corpus* contempla os perfis nocional-estrutural e correlativa, pois analisaremos proposições teórico-metodológicas dos movimentos estruturalista, gerativista e construturalista e verificaremos de que modo essas teorias se correlacionam ou não no contexto sociocultural, político e institucional da linguística brasileira das décadas de 1960 e 1970.

Swiggers (2013) ainda aponta alguns elementos teórico-metodológicos para a execução de trabalhos na Historiografia Linguística como os pontos de ancoragem, a partir dos quais são possíveis duas perspectivas: uma individual, relacionada a textos, autores e usuários; e outra contínua, que por sua vez observa relações entre redes de contato, instituições, grupos de especialidade, círculos e sociedades. Há também as linhas de desenvolvimento que destacam mudanças, revolução, continuidade, descontinuidade, inovação, antecipação, entre outros focos de observação. Nesse sentido, levam-se em consideração: relações com o tempo e

fontes, os modelos, a influência, os embates teóricos e a abrangência referencial; etapas da evolução em que se localizam diferentes paradigmas de investigação linguística.

Em seu texto, Swiggers (2013) argumenta a respeito da importância de elaborar um plano de estudo para nortear o trabalho de pesquisa e também a de estabelecer uma metodologia que envolva interesses, conhecimentos e objetivos. Esse plano engloba:

- seleção de documentos - haverá etapas como a de recolher documentos, específicos ou gerais; esse processo seleciona documentos e, nessa base de trabalho, haverá “os textos-fonte, literatura secundária e literatura subjacente” (SWIGGERS, 2013, p. 48-49), tem-se, assim, a formação de um instrumental conceptual que “consiste em conceitos gerais e conceitos específicos em relação ao tipo e objeto de investigação (são esses últimos que formam parte da metodologia específica e personalizada)” (SWIGGERS, 2013, p. 48-49);
- uma agenda de pesquisa, que determina “um quadro analítico que se apresenta sob a forma de uma série de critérios ou questionamentos aplicados a um corpus de textos” (SWIGGERS, 2013, p. 48-49).

Mediante os passos indicados por Pierre Swiggers, começamos a delinear a metodologia deste trabalho historiográfico, que será explicitada no final desta introdução. A seguir estabelecemos os objetivos de nossa pesquisa.

A importância de buscar respostas a muitos de nossos questionamentos sobre a natureza da linguística como ciência da linguagem e sua presença cada vez mais destacada nos modos de ensino de língua se coloca ao pesquisador. É uma das possíveis direções para compreender os estudos linguísticos, seu papel e relevância é assumir uma perspectiva histórica sobre esse campo do saber. Olhar a história para observar o presente com olhos críticos. Essa dimensão de observação não se desvincula, segundo Batista (2013a), de uma necessidade que temos do resgate histórico:

Uma das questões em destaque na constituição do que reconhecemos como o mundo contemporâneo é a que se coloca em torno de uma necessidade, quase inconsciente, de resgate, de busca por memória, de valorização dos registros — não é longe de implicações de caráter mais amplo o fato de que vivemos em uma era tecnológica que disponibiliza às pessoas cada vez mais aparelhos que registram, armazenam e reproduzem experiências pessoais e coletivas. (BATISTA, 2013a, p. 14)

Dessa forma, o objetivo central, como já apontado, de nosso trabalho é analisar a retórica de ruptura presente no discurso de linguistas brasileiros em artigos, escritos em periódicos especializados da área da linguística, das décadas de 1960 e 1970. Analisar a retórica e os modos de dizer desses linguistas é, como definido neste trabalho, uma das estratégias de que o historiógrafo pode lançar mão para compreender o desenvolvimento histórico da ciência da linguagem no Brasil, permitindo, desse modo, que a ciência seja vista não apenas como empreendimento individual de pesquisadores, mas também ação social em meio a comunidades de especialidade em torno de paradigmas específicos. Será a retórica, como nosso objeto de análise preferencial, que permitirá observar adesões ou não às ideias e práticas de pesquisa. De acordo com Batista (2013a):

[...] a retórica pede adesão de pesquisadores e estudiosos: há uma suposta transparência no dizer, mas o que há é a ilusão do discurso de base objetiva, considerado como científico ou intelectual. Esse discurso é também social e político, considerando o universo de políticas científicas, educacionais e linguísticas, principalmente. (BATISTA, 2013a, p. 58)

Salientamos que as décadas de 1960 e 1970 foram importantes para a pesquisa brasileira em linguística, pois, segundo Altman (1998), nesse período surgiram em atuação paralela, ou quase, diferentes programas de pesquisa relacionados à descrição e análise de língua. Esses programas apresentavam diferentes pontos de vista e, conseqüentemente, geraram debates envolvendo movimentos linguísticos da época reconhecidos como Estruturalismo, Gerativismo e Construturalismo.

A discussão relacionada a esses movimentos fez com que surgissem líderes intelectuais, para propostas específicas de descrição e análise linguística, e conseqüentemente a formação de grupos que discutiam essas vertentes. Nesse período, houve publicações de artigos programáticos, em que cada grupo defendia uma linha de pesquisa.

Tendo direcionado o objetivo central, explicitamos os objetivos específicos de nossa dissertação, focando-os da seguinte forma:

- a) analisar a retórica empregada em artigos programáticos na linguística brasileira das décadas 1960 e 1970;
- b) comparar e contextualizar a retórica de ruptura dos artigos programáticos escolhidos para a análise;
- c) propor uma análise historiográfica da linguística brasileira das décadas de 1960 e 1970, a partir das análises indicadas acima.

Os objetivos acima expostos estão relacionados às dimensões interna e externa de pesquisa, vistas como parâmetros de análise que conduzem as linhas de trabalho do historiógrafo. Para a Historiografia Linguística, os elementos internos ao texto (o que é dito no texto, que ideias são assumidas, como são construídos os elementos de argumentação em torno da defesa de ideias) são importantes para o desenvolvimento do trabalho do historiógrafo. Batista (2013a, p. 71), ao referir-se à dimensão interna de um objeto de análise, esclarece que ela permite “observar teorias, práticas e métodos de análise empreendidos por determinado autor, grupo etc”. A retórica se relaciona com a dimensão interna, pois é por meio dela que averiguamos como se deu esse processo e como o discurso foi construído, por meio de ruptura ou continuidade. Naturalmente que as dimensões internas (que definem parâmetros de análise internos) de um material de análise se associam às suas dimensões externas (que definem parâmetros de análise externos). No nosso caso, a partir da retórica será possível reconstruir analiticamente uma série de fatores sociais, que contextualizam a linguística em um complexo social e histórico (grupos de pesquisa, locais de atuação de pesquisadores, repercussão social dos trabalhos, divulgação de resultados, articulações políticas em instituições acadêmicas).

Nossa hipótese parte da premissa de que a prática científica não é desvinculada de elementos de natureza histórica e social nos quais o reconhecimento dos pares é condição fundamental para que se produza pesquisa e se modifique o cenário vigente.

De acordo com Batista (2013a, p. 71), e as citações abaixo recuperam o texto do autor, a narrativa historiográfica permite, ao estudioso da Historiografia Linguística, alguns olhares por meio das dimensões que já apontamos nesta introdução: a teórica, a temporal e a social. O autor caracteriza esses momentos desta forma, permitindo, assim, a incorporação de suas ideias para o objetivo deste trabalho:

- a) Dimensão teórica: tem por objetivo “reconstruir a história interna dos estudos sobre linguagem e por meio dessa reconstrução descrever, analisar e interpretar percursos argumentativos e práticas metodológicas que estejam presentes nos textos analisados”;
- b) Dimensão temporal: tem por objetivo “verificar se houve a continuidade ou descontinuidade nos textos analisados”;
- c) Dimensão social: tem por objetivo analisar “legitimidade acadêmica, profissional e/ou social. Essa dimensão dialoga com a visão de que a ciência e os saberes fazem parte de um complexo social”.

Além da dimensão interna, como dissemos, a Historiografia Linguística também permite ao historiógrafo analisar a dimensão externa dos materiais de análise (os documentos históricos). Para explicar a dimensão externa citamos Batista (2013a):

[...] ao enfoque externalista interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência e suas práticas discursivas, revelando posicionamentos ideológicos, sociais e históricos, em torno do estabelecimento de retóricas (formas e tipos de discurso adotados) típicas de comunidades de pesquisadores [...] (BATISTA, 2013a, p.57)

Batista (2012, p. 131) ainda comenta a respeito dos parâmetros internos e externos. Para ele, parâmetros internos de análise estão ligados à “reconstrução dos estudos sobre a linguagem a partir da análise da formulação e reformulação de conceitos teóricos e práticas de tratamento dos fenômenos linguísticos”. Já os parâmetros externos estão relacionados ao “aspecto social como

parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência e suas práticas discursivas [...]”.

Percebe-se que tanto a dimensão interna quanto a dimensão externa são imprescindíveis para analisar o discurso inserido em todo tipo de texto, estando elas, assim, interligadas.

Retomando, agora de modo mais explícito, a dimensão interna de nossa dissertação refere-se à retórica presente nos discursos dos linguistas e a dimensão externa compreende analisar fatores sociais que envolvem a retórica dos pesquisadores.

Para isso, utilizaremos os seguintes parâmetros externos:

- a) descrever grupos de especialidade específicos na linguística brasileira das décadas de 1960 e 1970;
- b) mapear centros de produção de pesquisa em linguística da época;
- c) apontar possíveis líderes intelectuais para a pesquisa linguística e a repercussão dos trabalhos na área.

Os parâmetros internos são:

- a) contextualizar cada autor e seu texto em programas de investigação científica específicos;
- b) analisar a retórica empregada por linguistas pertencentes aos diferentes grupos;
- c) observar na retórica movimentos de continuidade ou de ruptura na história da linguística brasileira.

É mediante análise das dimensões internas e externas do objeto selecionado como *corpus* que o historiógrafo elabora suas análises. Vale salientar que, ao analisar a História da Linguística, o historiógrafo reforça o fato de que o estudo relacionado à linguagem não é neutro (na verdade como todo estudo de natureza científica ou intelectual), sendo assim, analisaremos os artigos programáticos sob essa visão. Para corroborar, buscamos em Batista (2013a) a

explicação acerca dos parâmetros internos e externos, pois, para ele, esses parâmetros são necessários para os estudos historiográficos:

A pesquisa historiográfica na linguística procura definir **parâmetros externos** (relativos ao contexto de produção de determinada obra ou trabalho) e **internos** (relativos ao conteúdo que trata de descrição e explicação de fenômenos linguísticos) para a análise dos materiais escolhidos como fontes primárias, ainda que com isso não se entenda uma divisão rígida entre tais parâmetros, pois o que se coloca é uma observação da constante relação entre fatores externos e internos. (BATISTA, 2013a, p.74)

Após discorrermos sobre as dimensões interna e externa, passaremos a descrever a metodologia escolhida para a análise empreendida neste trabalho. A metodologia de pesquisa adotada será a qualitativa, pois nos centraremos na pesquisa bibliográfica a respeito dos documentos escolhidos. O tipo de pesquisa será o histórico-documental, tendo em vista que analisaremos os documentos (fontes primárias) para interpretação e contextualização da retórica presente nos discursos de linguistas nos anos 1960-1970. Além da metodologia de pesquisa qualitativa, também nos basearemos na metodologia interpretativa, porque esta visa a compreender, ao descrever, analisar e interpretar o objeto de análise, a retórica de ruptura empregada pelos linguistas brasileiros em seus artigos programáticos. Outro ponto que destacamos é o método histórico, pois, ao usá-lo, buscaremos entender modos de presença da retórica de ruptura na história da linguística brasileira, como aponta Batista (no prelo).

Assim, o trabalho aqui em questão pressupõe a investigação de acontecimentos, processos e instituições do passado para entender como se deu parte de processos de ruptura na História da Linguística brasileira, presente nos artigos programáticos, tomados por nós como o documento histórico que permitirá essa análise.

Sobre o material de análise, é preciso retomar Altman (1998, p. 48), que conceitua artigo programático como aquele que “procura instaurar ‘novas’ direções de pesquisa, ou então apontar para a necessidade de se retomar a investigação de determinado problema sob ‘novas’ perspectivas”, ou seja, o artigo programático tem a finalidade de trazer novas diretrizes para discussão nos grupos de especialidade específicos. Há ainda outra finalidade: apresentar novas

possibilidades de pesquisa, evidenciando a busca por “proposições de uma nova teoria a um conjunto de problemas”.

O *corpus* de análise desta dissertação, nossos documentos históricos, são os seguintes artigos programáticos:

- de Miriam Lemle: "O novo Estruturalismo em linguística: Chomsky", publicado na revista *Tempo Brasileiro*, n. 15/16, p. 51-64, de 1967;
- de Joaquim Mattoso Câmara Jr.: "O Estruturalismo linguístico", publicado também na revista *Tempo Brasileiro*, n.15/16, p. 5-44, de 1967;
- de Geraldo Mattos: "A linguística construtural", publicado na *Revista Brasileira de Linguística*, n.1, p. 22-39, de 1974.

Cada um desses artigos programáticos foi inserido, por nós, em um programa de pesquisa, de acordo com as direções de Swiggers (1981). Esses programas se definem, conforme Batista (2013a, p. 72), “como uma associação de diferentes escolas, teorias, autores (cada um com suas especificidades operacionais e terminológicas)”. São eles, com citações de Batista (indicado acima):

1. o programa de correspondência, que tem como objetivo “esclarecer as correspondências entre linguagem, pensamento e mundo”;
2. o programa descritivista, que foca “a descrição da forma linguística”;
3. o programa sociocultural, que estuda “a linguagem em seu contexto sociocultural”;
4. o programa de projeção, que estuda “uma categoria de linguagem desenvolvida pelo linguista-lógico – em certos fragmentos de uma língua particular”.

Para que possamos entender os programas indicados por Pierre Swiggers, adaptamos o quadro explicativo apresentado por Bruna Soares Polachini em sua dissertação de mestrado.

<p>1- Programa de correspondência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão: língua-pensamento-realidade. • Incidência: estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais. • Técnica: estabelecimento de classes lógico-semânticas, estabelecimento de correlação entre os processos mentais e regras gramaticais. • Representantes desse grupo: Platão, Aristóteles, os modistas, os gramáticos filosóficos dos séculos XVII e XVIII, Gustave Guillaume e Noam Chomsky (e seus seguidores).
<p>2- Programa descritivista:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão: descrição das línguas como objetos. • Incidência: análise (oposição/cominação) de formas observáveis, comparação de diferentes línguas e função de formas. • Técnica: determinação de contextos, segmentação, estudo de relação de proporção entre os elementos; estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas. • Representantes desse grupo: gramáticos sânscritos, os gramáticos alexandrinos e seus comentaristas bizantinos, os gramáticos romanos e carolíngios, os autores das gramáticas de uso da Renascença, e, nos últimos séculos, os comparatistas e os linguistas estruturalistas que trabalham com sincronia e diacronia.
<p>3- Programa sociocultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão: estudo da língua como um fenômeno social e cultural. • Incidência: determinação do uso da linguagem, competência comunicativa, variação sociolinguística, expressão de uma cultura por meio da língua. • Técnica: integrativa ou sintética (inserção de fatos linguísticos em uma análise das sociedades ou das culturas, inserção de análise linguística em uma teoria de estratificação social ou da evolução social e cultural.) • Representantes desse grupo: autores que discutiam a respeito do uso linguístico e as reflexões filosófico-linguísticas, desde a Renascença, sobre a diversidade social das línguas, linguistas “idealistas” neo-humboltiana, romana e obras modernas em sociolinguística e trabalhos ligados a etnografia da fala ligada à obra de Dell Hymes e John Gumpertz.
<p>4- Programa de projeção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão: línguas como conjuntos de fragmentos lógicos (predicativos). • Incidência: favorecimento de subsistemas gramaticais (como os tempos e modos verbais, determinação nominal, dêiticos). • Técnica: tradução de estruturas linguísticas na língua formal. • Representantes desse grupo: Montague, Hintikka, Cresswell, Dowty, Partee, etc.

Quadro 1 - PROGRAMAS DE INVESTIGAÇÃO (SWIGGERS, 2004, p. 130) – Adaptado do quadro apresentado por Bruna Soares Polachini (2013)

Se buscarmos situar os artigos programáticos nos programas apresentados por Swiggers, então teremos o seguinte enquadramento:

- tanto o artigo de Mattoso Câmara quanto o artigo de Geraldo Mattos se enquadram no programa descritivista, pois eles buscam descrever estruturas linguísticas;
- já o de Miriam Lemle se encaixa no programa de correspondência, pois ela busca esclarecer a correlação entre linguagem, mente e pensamento, tal como delineada por Noam Chomsky.

A escolha de artigos programáticos para serem analisados tem por objetivo avaliar como essas novas teorias evidenciaram os problemas relacionados à linguística e como essas correntes (Estruturalismo, Gerativismo e Construturalismo) foram apresentadas e abordadas pelos linguistas brasileiros. As décadas de 1960 e 1970 foram escolhidas tendo em vista que nesse período a Linguística se tornou disciplina obrigatória nas Universidades, por meio de decreto da Lei n.º 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e também por ser o momento em que os grupos de especialidade específicos começaram a discutir essas correntes linguísticas.

Selecionamos os artigos tendo em vista o papel deles nas décadas escolhidas, pois o Estruturalismo teve o seu grande momento na década de 1960 e teve de conviver com a concorrência do Gerativismo que começou a ter influência na pesquisa linguística brasileira a partir de 1967, quando Miriam Lemle publicou o artigo “O novo Estruturalismo em Linguística: Chomsky” e quando os primeiros grupos de especialidade específicos, para discutir essa nova linguística, começaram a surgir. O Construturalismo foi, segundo seus autores, um movimento genuinamente brasileiro, que tentou apresentar uma nova teoria para o ensino de língua, resulta daí o interesse em analisar de que modo os autores dessa teoria se situam na história da pesquisa linguística no Brasil.

Esse material será analisado a partir dos parâmetros já apontados, tendo em vista uma análise dos textos selecionados em relação a três níveis, também apresentados por Batista (2013a) e citados abaixo tal como o autor os emprega em seu texto:

- um primeiro nível atento à forma do discurso empregado na teoria/escola/autor em análise;
- um segundo nível atento ao conteúdo do discurso veiculado;
- um terceiro nível atento às estratégias de convencimento de comunidades científicas ou intelectuais a respeito de teorias, métodos, dados e explicações. (BATISTA, 2013a, p. 56)

Além disso, o material será descrito e analisado a partir das seguintes diretrizes metodológicas:

- a) circunscrição temporal do material;
- b) autoria do material;
- c) análise do conteúdo do material;
- d) análise do discurso e da retórica;
- e) análise de rupturas e continuidades nas propostas de investigação.

Após essas etapas, será realizada uma comparação entre os textos, na tentativa de construir em forma de síntese uma historiografia da produção linguística brasileira das décadas de 1960 e 1970, em termos de rupturas e retórica dos pesquisadores.

O presente trabalho está estruturado em quatro partes:

- a) No primeiro capítulo, "**Retórica de ruptura e grupos de especialidade: categorias de análise na Historiografia Linguística**", serão apresentadas essas duas categorias de análise, que sustentam a observação historiográfica empreendida nesta dissertação;
- b) No segundo capítulo, "**Um olhar para a Linguística Brasileira: elementos para análise de artigos programáticos**", discorreremos sobre o panorama da linguística brasileira. Apresentaremos a formação dos primeiros cursos de linguística, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e como os grupos de especialidade trabalharam para que a linguística se firmasse no meio acadêmico brasileiro. Faremos um percurso historiográfico, para introduzir a análise do discurso de ruptura, por intermédio da análise dos artigos que serão analisados no capítulo seguinte;

- c) No terceiro capítulo, analisaremos "**A retórica de ruptura em artigos programáticos na Linguística Brasileira**"; para isso, observaremos os discursos dos linguistas para evidenciar e situar historicamente a retórica de ruptura de grupos de especialidade;

- d) Na **Conclusão**, faremos uma narrativa historiográfica que busque uma síntese interpretativa do trabalho, com destaque para os períodos de rupturas teórico-metodológicas.

CAPÍTULO 1

Retórica de ruptura e grupos de especialidade: categorias de análise na Historiografia Linguística

Neste capítulo, discutiremos retórica como categoria de análise na Historiografia (essencialmente a partir de ideias elaboradas por Batista, no prelo). Em conjunto, assumindo o posicionamento de que a retórica utilizada por linguistas está circunscrita a espaços específicos de atuação científica, trataremos também da noção de grupos de especialidade (a partir das considerações de Murray, 1994).

Como já citado anteriormente, o objeto de nossa pesquisa é estudar a retórica de linguistas brasileiros de três programas distintos, o Estruturalismo, o Gerativismo e o Construturalismo, o *corpus* escolhido foram artigos programáticos das décadas de 1960 e 1970.

Segundo Batista (no prelo), a maneira como esse discurso é proferido pode convencer a comunidade sobre um determinado assunto por meio de uma argumentação teórico-metodológica. A retórica, portanto, é um meio de validar o conhecimento de determinada comunidade científica, pois, na perspectiva da Historiografia Linguística, a persuasão “está na base, muitas vezes não perceptível em nível superficial, de todos os tipos de discurso, e não só naqueles que mais ostensivamente nos revelam suas estratégias”.

A retórica de um pesquisador está presente de forma sutil ou não nos seus proferimentos e apresenta valores de natureza ideológica, que podem ser percebidos por meio da construção discursiva elaborada na defesa de posicionamentos científicos. Serão esses proferimentos e posicionamentos os responsáveis pelo enquadramento de pesquisadores em comunidades específicas de pesquisa, os grupos de especialidade.

Para que haja efetivamente a formação de um grupo especialidade, segundo Murray (1994), são necessários alguns estágios para que determinados estudos sejam levados adiante. São esses os estágios:

1.º - momento de lançamento das bases teóricas e surgimento de líderes intelectuais que possam formar grupos que discutam as novas teorias;

2.º - momento de surgimento de novos pesquisadores que possam expandir as discussões;

3.º - momento de sucesso;

4.º - momento de estabelecimento das publicações realizadas pelo grupo.

Esses estágios, geralmente, são construídos em torno de um líder, que conforme a sua forma de agir pode tornar-se líder intelectual. Outro ponto visto é a organização desse líder (ou de outro, que assumiria uma liderança organizacional) e a sua competência para administrar e organizar centros de pesquisas, conseguir bolsas, financiamento, planejar eventos, e por fim, a publicação dos resultados das pesquisas realizadas.

Podemos considerar que os grupos de especialidade são formados a partir de pesquisadores que buscam resultados referentes aos temas a serem discutidos cientificamente. O desenvolvimento de uma pesquisa necessita seguir os estágios indicados acima, na perspectiva sociológica de Murray (1994). Em diálogo com a formação de grupos, há a presença da retórica dos pesquisadores, em busca da legitimidade de suas iniciativas e seus resultados de pesquisa.

A formação de um grupo de especialidade depende de um líder intelectual e de como esse líder posiciona-se diante dos fatores sociais de ordem acadêmica. São importantes também a imagem construída pelos seguidores de um líder e, por fim, o reconhecimento que vem por meio de publicações. Caso haja um retorno de reconhecimento positivo, teremos uma retórica de sucesso.

Ziman (1979) afirma que para um trabalho científico ser reconhecido, não basta repetir os experimentos e muito menos a observação, as atividades do líder intelectual devem ser guiadas por:

[...] ideias, por teorias, pelo desejo de se obter informação significativa. O observador, ou pesquisador, deseja dar sua contribuição para o saber público e por conseguinte procura dirigir o seu trabalho de maneira que ele seja importante dentro dos conceitos gerais compartilhados pelo mundo científico. (ZIMAN,1979, p.63)

Como apresentamos nas páginas iniciais deste trabalho, retóricas de ruptura se articulam, naturalmente, a períodos de descontinuidade em um determinado campo de saber. Desse modo, buscamos em Robins (1976) algumas considerações a respeito de como e por que ocorrem mudanças significativas em domínios intelectuais, caracterizando, assim, momentos de descontinuidade e ruptura. Na História da Linguística, podem ser identificadas descontinuidades em modos de compreender e estudar a linguagem humana em toda a sua complexidade, ora temos estudos direcionados a determinadas visões e ora essas visões são modificadas ou permanecem. Tradicionalmente na História da Linguística, colocam-se como períodos de ruptura a transição do século XIX para o XX e também os paradigmas considerados como revolucionários, como a Gramática Gerativa. Períodos de transição, como os apontados, demandam engajamento de pesquisadores e intelectuais. É nesse sentido que se entende que momentos de descontinuidade são acompanhados por uma retórica que afirma a natureza da ruptura e também por definições precisas de grupos de especialidade, que configuram socialmente descontinuidades intelectuais em comunidades de pesquisadores atuantes em determinadas instituições e espaços de interlocução.

Batista (2012) esclarece que os estudiosos necessitam tornar legítimas suas pesquisas, para isso, buscam por meio de seu discurso reconhecimento. Segundo o autor:

[...] a linguagem utilizada pelos linguistas e o dialeto técnico adotado (o vocabulário especializado), configurando a metalinguagem de um programa de investigação, colaboram para criar uma imagem de cientificidade. (BATISTA, 2012, p.134)

Outro item que Batista (2012, p. 134) discute é que o linguista pode empregar uma terminologia nova para discorrer a respeito de sua pesquisa, porém se não houver uma divulgação, pelo grupo de especialidade, toda a pesquisa se perderá, pois o aceite é “crucial para que novas gerações sejam 'seduzidas' pela linguagem adotada por uma comunidade de pesquisadores”. A retórica adotada pelos pesquisadores é imprescindível para que haja a interlocução entre seus pares, e essa interlocução é apresentada por intermédio de argumentos que devem evidenciar a validade das pesquisas que estão em divulgação pelo discurso científico adotado.

Ou seja, o pesquisador precisa de seus pares, entretanto, necessita também de outros fatores para que seu trabalho seja visto e aceito numa comunidade científica e, para que isso aconteça, a argumentação do pesquisador necessita garantir os meios para a continuidade de seu discurso.

Coracini (1991) oferece alguns esclarecimentos a respeito da constituição do discurso científico. Segundo a autora (1991, p. 37), a manifestação discursiva de um cientista deve ser concebida por meio da “ciência, teoria e expressão linguística”, pois essas “se entrelaçam na constituição do discurso”. Compreendemos, então, que além da cientificidade e do apoio de um grupo de especialidade, o discurso científico necessita de “enunciados universais, em oposição aos chamados enunciados singulares”.

Para Coracini (1991, p. 41), o discurso científico se desenvolve por uma “visão argumentativa”, entretanto essa visão é “subjéctiva da ciência e da política, enquanto actividades humanas”. Ela salienta que o discurso científico tem uma intenção de “convencer da validade da pesquisa relatada”, para isso, o rigor da pesquisa é indispensável para que seja aceita numa comunidade académica. Ainda para Coracini (1991), o discurso científico necessita de um ouvinte; nesse caso, o grupo de especialidade e os membros do grupo devem ser conhecedores do assunto:

Dirige-se a um ouvinte situável no tempo e no espaço: o grupo de especialistas da área. Pressupõe um ouvinte conhecedor da matéria, dos métodos utilizados normalmente na área e interessado na pesquisa a ser relatada. (CORACINI, 1991, p.42)

Coracini (1991, p. 44) também relata que o discurso científico apresenta um “jogo de interesse”, mas esse jogo é altamente “velado em nome do saber”. O cientista necessita conhecer se o seu posicionamento é bem visto pelo seu grupo de especialidade, pois se esse grupo aderir à sua retórica ela será de continuidade, entretanto, se não for aceito, será de ruptura. Coracini ainda informa que se o embate discursivo acontecer em uma situação de comunicação aberta poderá haver um confronto de “posturas teórico-ideológicas”, porém “uma teoria não invalida necessariamente a outra”. Em algumas situações o discurso apresentado pelos linguistas traz essa característica de não invalidar o discurso do outro.

O discurso utilizado pelos linguistas tem o objetivo de aproximar seus pares por meio da palavra, mediante os vários pressupostos técnicos e teóricos. Coracini (1991, p.45) argumenta que essa dominação técnica e teórica acontece não com “relação ao interlocutor-especialista, mas com relação ao grande público, que se atemoriza diante da terminologia incompreensível e na sabedora mítica, provocando uma reação de inferioridade e admiração”. Esse fator, indicado por Coracini (1991, p. 45), já é marca de como esse discurso será entendido dentro de um grupo de especialidade, pois vários estudiosos buscam uma terminologia para demarcar o seu conhecimento e, assim, permanecer em seu grupo e em determinadas situações com o intuito de alcançar seu objetivo. O cientista busca determinar o seu espaço para “mostrar a validade de sua pesquisa, argumentando a seu favor e obedecendo às normas impostas pela comunidade científica”. Para conquistar a validade de sua pesquisa, os estudiosos buscam, por exemplo, “usar a 3.^a pessoa, modalidades lógicas, intertextualidade explícita, como formas de fazer transparecer no texto a objetividade científica”.

Como sabemos, para que uma teoria linguística seja bem avaliada precisa apresentar modelos linguísticos que possam ser discutidos pela comunidade linguística, isso só é possível se os argumentos forem persuasivos, pois se isso não acontecer o grupo de especialidade pode buscar outros argumentos para formar novos modelos. Conforme Coracini (1991, p. 46), quanto mais os “paradigmas entram em debate, mais os grupos de cientistas se armam de argumentos para a defesa de um novo”. Se houver o debate para apresentar novos conceitos, haverá uma retórica de ruptura.

Batista (2012, p.135) também discute a questão de usos de termos técnicos para conferir cientificidade ao discurso, pois é por meio desses termos que se “configura a metalinguagem adotada pelo grupo”. Argumenta, ainda, que a linguagem especializada é responsável pela cientificidade da pesquisa e do grupo. Segundo ele:

[...] Essa linguagem especializada também é responsável pela imagem de cientificidade atribuída a correntes de pensamento divulgadas por meio de do livro de iniciação, possibilitando que o ideal de objetividade (ainda que apenas um simulacro) esteja presente por meio da linguagem e dos modos de atuação. (BATISTA, 2012, p.135)

O linguista, dentro de seu grupo de especialidade, conseguirá convencer seus pares por meio de sua argumentação, a qual é imprescindível para que o seu ponto de vista seja aceito pelos seus pares já que, conforme Coracini (1991, p. 50), “o cientista, autor do artigo científico, tem todo interesse em demonstrar a importância de seu trabalho e a sua contribuição para o ‘progresso’ da ciência, posicionando-se, muitas vezes, contra outros cientistas, outros paradigmas”. A relevância de uma pesquisa será bem vista se a ideia apresentada compartilhar com os ideais propostos e assim der continuidade aos interesses do grupo.

A análise elaborada pela Historiografia Linguística permite ao historiógrafo distinguir a retórica de um determinado grupo de especialidade. Batista (2012) aponta o seguinte, em relação ao material a ser avaliado:

[...] a descrição do material nos leva a captar determinada retórica adotada por um grupo em um estágio específico em que ele se encontra; mas a interpretação do processo histórico e sua evolução, função da HL, poderá validar ou não essa retórica apontada. (BATISTA, 2012, p.158)

Como vimos, a Historiografia Linguística analisa a presença da retórica e se ela é de ruptura ou continuidade. Essa retórica se distingue pela forma de dizer de grupos ou indivíduos. Esse dizer, segundo Batista (2011), determina:

[...] espaços discursivos, no sentido de que todo proferimento científico (os enunciados que requerem a atenção para determinado procedimento científico ou intelectual) impõe um contexto que torna exatamente esse proferimento possível. (BATISTA, 2011, p. 3780)

O enunciado, mencionado no trecho acima, pode ser caracterizado por meio de um discurso que pode apresentar uma retórica de ruptura ou de continuidade. Os artigos programáticos aqui analisados apresentam uma retórica de ruptura.

Claro que, dependendo do grupo de especialidade ao qual pertence, o linguista deverá seguir o que foi determinado, pois certo conceito linguístico, quando indicado e instituído por um grupo influente torna-se reconhecido. Esse processo de reconhecimento pôde ser observado nos documentos elaborados pelos grupos de especialidade do eixo Rio-São Paulo; o que não aconteceu com a proposta do projeto da Gramática Construtural, pois os pesquisadores, mesmo renomados, não faziam parte do eixo conhecido como de elite, já que pertenciam a um grupo menor, situado em Curitiba e, por isso, pode-se argumentar que não alcançou o mesmo êxito de outros grupos de especialidade, mesmo sendo o grupo que apresentou, pelo menos como proposta, algo diferente e inovador.

Para que haja continuidade ou ruptura, perceptível na retórica de um grupo de especialidade, os argumentos apresentados deverão estar pautados pela ciência. Ziman (1979, p. 17) define Ciência como “precisa, metódica, acadêmica, lógica e prática”, assim os membros que compartilham os mesmos ideais entenderão e focalizarão com nitidez o objeto de pesquisa, pois esse objeto se mostrará como “real, sólido e concreto”.

Isso acontecerá, segundo Ziman (1979, p. 47), quando os cientistas criadores de uma teoria necessitarem colocar em prática o resultado de seus estudos e, ao apresentarem os resultados, usarem sua “força retórica”, que, se utilizada adequadamente, terá um poder de persuasão determinante da presença ou não da adesão a determinadas ideias.

[...] Usamos essas técnicas, consciente ou inconscientemente não apenas para deslindar para nos mesmos os segredos da Natureza, mas também para expô-los à plena luz do dia para os nossos colegas. (ZIMAN, 1979, p. 47)

Além de profissionais comprometidos com um conjunto teórico-metodológico, Batista (2013a, p. 89) enfatiza o pré-requisito para formar um grupo de especialidade “boas ideias, consideradas pelos cientistas como adequadas para

resolução de problemas e também para abrir novas frentes de pesquisas”, mas para que tudo isso sobreviva no contexto de pesquisa é necessária a articulação de boas relações sociais, pois não adianta ter boas ideias, elaborar pesquisas que sejam honestas se não houver “uma rede de comunicação e para isso a relação social é importante, já que boas proposições isoladas de teorias e/ou métodos não garantem a formação de um grupo de especialidade”.

Ao analisar os artigos programáticos, evidenciaremos como os pesquisadores sustentam a retórica de ruptura para apresentar novos conceitos linguísticos. Sabemos que o discurso científico adotado pelos pesquisadores, no meio acadêmico, é altamente persuasivo, pois os estudiosos buscam em novas terminologias argumentos e dados para convencer os seus pares e conseguirem, por meio de seu poder retórico, êxito.

CAPÍTULO 2

Um olhar para a Linguística Brasileira: elementos para análise de artigos programáticos

2.1 Breve panorama da Linguística Brasileira: dos primeiros momentos à década de 1960

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar algumas etapas da História da Linguística Brasileira, tais etapas apresentam a introdução da Linguística como disciplina nos cursos de Letras e, também, a influência dos grupos de especialidade no cenário acadêmico brasileiro.

Em primeiro lugar, é necessário citar que a institucionalização da Linguística brasileira surgiu bem antes do decreto n.º 4.024 de 1961 (cf. ALTMAN, 1998; CASTILHO, 1963), com a experiência da Universidade do Rio de Janeiro em 1931, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e o titular do Ministério, Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968), elaborou e implementou reformas de ensino secundário, superior e comercial. Nesse processo, estava a fundação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, porém esse projeto só obteve êxito em 1939.

Segundo Fiorin (2006), os cursos de Letras no Brasil surgiram primeiramente na Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), em 1934, em seguida na Universidade do Distrito Federal (Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil), no ano de 1935 e, por último, na Universidade de Minas Gerais em 1939. Foi nesse período também o início de uma reflexão acerca da linguagem e das línguas, em uma perspectiva mais institucionalizada academicamente no Brasil.

A pesquisa Linguística na Universidade brasileira surge com as criações dos cursos de Letras. Estes aparecem no Brasil no bojo dos projetos de criação das Faculdades de Filosofia apenas nos anos 30 do século passado, embora houvesse reivindicações anteriores para a existência de uma formação superior em línguas e literatura [...]. (FIORIN, 2006, p. 15)

Altman (1998), abaixo, esclarece-nos que, mesmo antes da Linguística se tornar disciplina obrigatória, Mattoso Câmara (1904-1970), em 1938, ministrou um curso extensivo de Linguística:

A criação de um novo espaço institucional, de nível superior, se propiciou a profissionalização daqueles que cumpriam o programa de investigação proposto pela Filologia, propiciou, igualmente, que se instalasse no país, pela primeira vez junto a um Curso de Letras, um curso extensivo de Linguística, ministrado por Mattoso Câmara, em 1938 e 1939, na então chamada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. (ALTMAN, 1998, p.101)

De acordo com Altman (1998), a década de 1930 foi o período do surgimento das primeiras Faculdades de Filosofia, em diferentes centros no Brasil, e com a criação dessas faculdades, iniciou-se também o processo de aplicação de procedimentos científicos aos estudos linguísticos.

Foi nesse período que começaram a aparecer os primeiros estudiosos de línguas e de fenômenos da linguagem, porém nem todos apresentavam formação em Letras. Mattoso Câmara, por exemplo, era formado em Direito e Arquitetura, Antenor Nascentes (1886-1972), em Engenharia, por isso a necessidade de contratar profissionais do exterior, dentre eles os portugueses Fidelino de Figueiredo (1889-1967), Urbano Soares (1894-1971) e Rebelo Gonçalves (1907-1982). Com isso, percebe-se que nesse início não havia no Brasil docentes em número adequado para ministrarem aulas nos cursos de Letras e, por isso, justificava-se a vinda de profissionais europeus para darem início à pesquisa em línguas em solo brasileiro.

Os professores franceses e portugueses conquistaram os estudiosos brasileiros e fizeram deles pesquisadores. Altman (1998) enumera os nomes desses pesquisadores brasileiros, entre eles Manuel Said Ali Ida (1861-1953), Antenor Nascentes, Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), Antonio Houaiss (1915-1999) e outros. A autora salienta que:

[...] embora não sejam todos da mesma geração nem tenham produzido exatamente sobre os mesmos assuntos, fizeram parte de uma tradição de pesquisa vista pelos seus contemporâneos como contínua, passaram para a literatura crítica posterior como grandes filólogos [...] (ALTMAN, 1998, p. 69)

Além das pesquisas, foram também esses estudiosos que se tornaram professores, fundando os centros de pesquisas linguísticas, os quais passaram a ser o celeiro de desenvolvimento dos estudos e publicações da área. Isso denota a relevância que as décadas de 1930 a 1960 tiveram no cenário das pesquisas linguísticas nas faculdades de Letras.

Em seguida, cerca de três décadas depois desses primeiros movimentos de implantação de estudos sobre línguas e das Faculdades de Letras, os Cursos de Pós-Graduação em Letras obtiveram a sua regulamentação mediante a publicação do Decreto Federal n.º 67.350, de 06 de outubro de 1970, mas as pesquisas linguísticas já aconteciam no Brasil bem antes desse decreto (cf. ALTMAN, 1998; CASTILHO, 1963).

Até meados da década de 1960, as pesquisas apresentavam o embasamento nos estudos estruturalistas, já no final da década de 1960, houve outro evento importante para a Linguística brasileira: a chegada das ideias de Noam Chomsky e, por meio dessas, começaram a surgir novas pesquisas linguísticas, caudatárias de seu viés gerativista. Batista (2007) comenta que:

[...] A propagação das ideias de Chomsky no Brasil começaram a se dar nesse período, e o Estruturalismo, como programa de investigação, passaria a conviver com o programa gerativista, acompanhado de um discurso que destacava a novidade, um ideal diferente de cientificidade e práticas de análise linguística, alicerçadas, sobretudo em seus primeiros momentos, numa sintaxe com métodos diversos daqueles antes empregados pelo Estruturalismo. (BATISTA, 2007, p.92)

Outros acontecimentos linguísticos ocorreram no Brasil nos anos de 1960, por exemplo, em 1962, na Universidade de São Paulo, no curso de Letras, houve substituição da Cadeira de Etnografia de Língua Tupi-Guarani pela Cadeira de Línguas Indígenas do Brasil. Em 1965, iniciou-se o curso de Pós-Graduação Especialização em Linguística Geral, desenvolvido pelo professor Theodoro Henrique Maurer Júnior (1906-1979) que em 1966, tornou-se Curso de Mestrado em Linguística Geral. Em 1958, no Rio de Janeiro, Linguística passou a ser nome de

setor; ainda no Rio de Janeiro, Mattoso Câmara, com outros intelectuais, fundou o setor de Linguística do Departamento de Antropologia do Museu Nacional. A Universidade de Brasília (UnB), inaugurada em 1962, colocou o termo Linguística como nome de disciplina, curso de mestrado e programa de pós-graduação. Em 1966, com a coordenação do professor Francisco Gomes de Matos, foi inaugurado o centro de Linguística Aplicada do Curso de Idiomas Yázigi. Em 1969, criou-se a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) em assembleia presidida pelo Professor Mattoso Câmara. Nesse mesmo ano, em São Paulo, o Grupo de Estudos Linguísticos (GEL) foi fundado e depois dele outros grupos regionais foram fundados. Ainda nos anos de 1950, em Curitiba, foi criado o Círculo Linguístico de Curitiba. Esse movimento teve uma vida curta, pois em 1956 deixou de existir para dar vida à *Revista Letras*. Foi também em Curitiba que, nos anos de 1960, surgiu o grupo liderado por Eurico Back e Geraldo Mattos pleiteando mudanças no ensino de língua portuguesa. Na década de 1960, o Gerativismo, de Noam Chomsky, influenciou os estudos linguísticos no Brasil. Na mesma década, outro movimento linguístico trouxe para o Brasil novos caminhos. Esse movimento foi denominado Estruturalismo. Ilari (2007) afirma que o Estruturalismo foi impactante para os estudos linguísticos brasileiros:

O Estruturalismo teve sobre os estudos da linguagem, no Brasil, um impacto enorme, típico de uma escola dominante. Seu advento se deu no Brasil durante os anos 1960 e coincidiu com o reconhecimento da linguística como disciplina autônoma; assim, muitos professores e pesquisadores que, naquela altura, já tinham uma larga experiência de investigação, foram atraídos pela nova orientação [...] (ILARI, 2007, p.53)

2.2 Momentos de ruptura na Linguística Brasileira

A Linguística Brasileira que se institucionalizou a partir da década de 1960 logo se diluiu em diferentes grupos de especialidade, formados essencialmente pela influência de movimentos teóricos que vieram do exterior. Essa influência determinou a formação de comunidades de pesquisadores, cada uma delas adotando uma retórica própria para advogar sua especificidade e importância no cenário acadêmico. Ao efetivar esse processo em busca de visibilidade, estabeleceram, também, movimentos de ruptura com outros modos de pensar

linguagem. Nesta dissertação, estaremos atentos a três movimentos de ruptura e à retórica adotada no interior desses grupos: a ruptura do Estruturalismo com um tipo de estudo da linguagem que não se reconhecia mais, na época, de modo abrangente como Linguística (típico dos estudos do século XIX até o período da institucionalização da Linguística e da criação dos primeiros centros de ensino nessa área); a ruptura do Gerativismo com o Estruturalismo e outros modos de pensar e estudar a linguagem (como a tradição gramatical prescritiva); a ruptura do Construturalismo com os outros modos de saber que tratavam da linguagem na década de 1970 no Brasil.

E será por meio desse olhar que analisaremos a retórica de ruptura dos autores escolhidos por nós, os quais faziam parte de grupos de especialidade, pois, segundo Batista (2011, p. 3779), a organização desses grupos é necessária para marcar de forma coesa e atuante posições em uma área de pesquisa. Esses grupos, geralmente, são formados por estudiosos que comungam dos mesmos “pressupostos teóricos e formas de análises do objeto de investigação”. Esses grupos são importantes porque demarcam seus posicionamentos por meio de discursos específicos, ou seja, pela retórica de ruptura ou de continuidade com diferentes tradições de pensamento.

Ao longo das décadas de 1960 a 1970, surgiram diferentes grupos de especialidade para os estudos linguísticos, e cada grupo comungava aspectos relacionados aos saberes teóricos e metodológicos nos modos de tratamento da linguagem e partilhava da mesma retórica, ou seja, apresentava o mesmo discurso. Batista (2013) esclarece que:

[...] Quando comunidades científicas ou intelectuais se organizam em torno de uma retórica de ruptura ou de adesão a um **paradigma**, a suposta neutralidade do discurso científico ou do conhecimento intelectual coloca-se em meio a um posicionamento que se quer legítimo e ocupa seu lugar social, uma vez que fala de um espaço científico e demarcado. (grifo do autor do texto) (BATISTA, 2013a, p.57)

Batista (2013a) busca em Murray (1994) argumento para explicar como é organizado e estabelecido um grupo de especialidade, em torno de retóricas de ruptura ou de continuidade. Vejamos:

Assim, considera-se uma análise de grupos de especialidade em relação a aspectos, como os diferentes estágios pelos quais os grupos passam em busca de sua legitimidade, levando em conta pontos como a retórica de ruptura ou retórica de continuidade, papel assumido pelos linguistas em relação a lideranças, possíveis índices de sucesso de grupos de especialidade e seu objeto de pesquisa, percepção dos linguistas e seus pares, a respeito dos grupos. (BATISTA, 2013a, p.87)

O objetivo central de nossa dissertação está na discussão da retórica de ruptura dos movimentos estruturalista, gerativista e construturalista. Observaremos como se deu essa ruptura. Para isso, acreditamos ser pertinente relatar como esses grupos de especialidade se formaram como comunidades científicas.

2.3 O Estruturalismo

O movimento estruturalista surgiu no Brasil a partir efetivamente dos primeiros trabalhos de Mattoso Câmara e Aryon Rodrigues (1925-2014), entre outros, e com força na década de 1960 com a institucionalização de centros de pesquisa em Linguística (cf. ALTMAN, 1998), com nova concepção para a pesquisa sobre a linguagem, não mais com olhar diacrônico e sim uma visão sincrônica, por isso os estudos linguísticos passaram a analisar língua como estrutura, a partir essencialmente do que propunha uma pesquisa de natureza descritiva. Nesse processo, os estudos diacrônicos começaram a perder espaço dentro das universidades, caracterizando, assim, um movimento de ruptura com um pensamento linguístico herdeiro da visão diacrônica e evolucionista do século XIX, em direção ao que se considerava como ciência de fato, sincrônica, estrutural, com métodos organizados de forma precisa.

Segundo Altman (1998), os primeiros passos para que os estudos linguísticos se tornassem um campo científico foram as criações das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse período, as disciplinas Dialetologia e Filologia estavam em evidência, ou seja, temos aqui a formação dos primeiros grupos de especialidade em estudos linguísticos. O primeiro

grupo a se destacar foi o da Filologia, formado por pesquisadores como Sousa da Silveira (1883-1967), Serafim da Silva Neto (1917-1960), Silveira Bueno (1898-1989), entre outros. A liderança desse grupo foi marcante, tendo em vista que alguns desses filólogos não admitiam ser contrariados ou questionados, sob a pretensão de serem mais sábios ou mais bem informados que os demais. Além disso, havia a concorrência para assumir cátedras nas melhores faculdades da época e, como não podemos esquecer, nesse período o eixo Rio-São Paulo era o preferido pelos estudiosos (cf. ALTMAN, 1998).

Outro grupo a emergir nesse período foi o da Dialectologia, um de seus líderes, Serafim da Silva Neto (1917-1960), mesmo com muitas dificuldades, tentou organizar e executar o seu projeto em âmbito nacional, porém encontrou vários empecilhos devido à extensão territorial do Brasil e, conseqüentemente, a vasta variedade linguística existente em nosso país. Além disso, surgiram no Brasil novas tendências linguísticas que acabaram por limitar o desenvolvimento da área, entre elas o Estruturalismo. Altman (1998) esclarece o motivo da não continuidade das pesquisas dialetológicas, além da morte prematura de Silva Neto:

[...] A variante brasileira do português estava longe de ser descrita e seu estudo continuou se fazendo isoladamente, e cada vez menos, em projetos individuais. Além disso, começa a tomar formas mais nítidas em outro programa de pesquisa que se apresentava como fortemente concorrente: o Estruturalismo, que adentrava no cenário brasileiro via institucionalização da Linguística, nos Currículos Mínimos Federais das Faculdades de Letras. (ALTMAN, 1998, p.76)

As correntes relacionadas à Filologia e à Dialectologia, dentro de suas especialidades, buscavam elementos nos acontecimentos sociais e culturais, já o Estruturalismo buscava explicação para a estrutura da língua numa visão sincrônica. Altman (1998) nos esclarece que:

[...] De um lado, a histórico-filológica e a dialetológica, ambas caracterizadas, respeitadas as suas especificidades, por uma visão da língua enquanto fato sociocultural e por uma orientação diacrônica no tratamento da língua portuguesa [...] E, de outro, a estruturalista, eminentemente sincrônica [...] (ALTMAN, 1998, p.77)

Para que possamos entender a evolução das vertentes, sejam elas de ruptura, sejam elas de continuidade, precisamos analisar como estas se situavam em grupos de especialidade, para isso, primeiramente, discorreremos sobre o grupo

de linguistas do movimento Estruturalista e, para tal, buscamos dados no texto de Rodolfo Ilari “O Estruturalismo linguístico: alguns caminhos” (2007). Nesse texto, Ilari nos traz apontamentos a respeito do Estruturalismo e dos estudiosos desse movimento. O Estruturalismo brasileiro:

[...] se impôs no Brasil vencendo as resistências de outras tradições de análises, e acabou, ele próprio, sendo superado pelas novas tendências de uma linguística que tinha contribuído para consolidar. Nessas circunstâncias, isto é, em contraste com as orientações que se opuseram historicamente a ele, tendemos a pensar no Estruturalismo linguístico como um movimento uniforme e coeso, mas no que concerne ao Brasil, é preciso considerar pelo menos dois focos de irradiação distintos, localizados respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. (ILARI, 2007, p.54)

Por intermédio dessa consideração de Ilari (2007), vimos que os grupos de especialidade do Estruturalismo pertenciam ao eixo Rio-São Paulo, sendo no Rio de Janeiro o Professor Mattoso Câmara aquele que mais atuou, e, em São Paulo, o movimento ocorreu tanto na graduação quanto na pós-graduação da USP, da PUC – São Paulo (diálogo com os professores da UNICAMP).

O Estruturalismo, segundo Ilari (2007), iniciou-se em 1916, com a publicação póstuma do livro *Cours de Linguistique Générale*, do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), e, a partir dos estudos de Saussure, outros estudiosos tanto na Europa quanto nos Estados Unidos pesquisaram a língua como um modelo estrutural. Esse modelo estruturalista da língua teve como objetivo principal propor a existência de estruturas para explicar o sistema e o uso da língua. Esses estudiosos buscaram vários modelos estruturalistas para explicar fenômenos linguísticos. Louis Hjelmslev (1899-1965) propôs a Glossemática e, para ele, a língua se constituía por meio de estruturas de oposições. Ilari (2007) explica que:

[...] A glossemática foi a escola de linguística estrutural que mais consequentemente procurou aplicar a tese saussuriana de que as línguas se constituem como sistemas de oposições. Esta preocupação levou o próprio Hjelmslev a caracterizar exhaustivamente, do ponto de vista lógico, as relações por meio das quais as línguas se estruturam, e resultou num tipo de descrição linguística das línguas em que se dá atenção particular às relações entre as unidades, nos vários níveis de análise. (ILARI, 2007, p.70)

Outro momento do Estruturalismo ficou conhecido como Funcionalismo e, nele, a figura que despontou foi André Martinet (1908-1999). Conforme Ilari

(2007), os estruturalistas funcionalistas apresentaram para a linguística o termo função:

[...] o termo que se dá nome à escola “função”, foi usado pelos martinetianos para dar cobertura a conceitos tão disparatados como (i) o caráter, próprio da fala, de ser um instrumento de comunicação entre as pessoas; (ii) a possibilidade de fazer referência a objetos diferentes, por meio de unidades linguísticas diferentes; (iii) o tipo de relação gramatical liga uma unidade sintática (por exemplo, um adjunto adverbial) ao contexto sintático maior de que faz parte (por exemplo, a sentença); essa ambiguidade não chegou incomodar Martinet e os martinetianos, e não os impediu de desenvolver um conjunto de análise que, em determinado momento, puderam ser considerados de vanguarda. [...] (ILARI, 2007, p.72)

Outro pesquisador europeu foi Roman Jakobson (1896-1982), que trouxe para os estudos estruturalistas uma visão ampla, pois abordou temas relacionados à fonologia, à linguagem da poesia, além de voltar sua atenção para a patologia linguística. Ilari (2007) ressalta que Jakobson:

[...] refletiu sobre temas que vão desde a fonologia até a linguagem da poesia, desde a aquisição da linguagem dita “normal”, até a patologia linguística. Deixou estudos descritivos sobre línguas diversas na forma de artigos e ensaios curtos. A reflexão linguística de Jakobson é altamente integrada. [...] (ILARI, 2007, p.74)

Ainda no Estruturalismo tivemos a corrente norte-americana, cujo interesse inicial era descrever as línguas indígenas do continente, estes não buscaram em Ferdinand de Saussure elementos para desenvolver suas pesquisas, e sim em Leonard Bloomfield (1887-1949), que publicou, em 1933, o livro *Language*, no qual defendia, segundo Ilari (2007, p. 78), que “as únicas generalizações úteis a respeito da linguagem são de ordem indutiva”. Weedwood (2004) salienta que Bloomfield, para escrever esse livro, foi influenciado pela psicologia da linguagem de autoria de Wundt. Esse olhar do Estruturalismo norte-americano apresentou, de acordo com Ilari (2007), o seguinte:

[...] Era uma forma de evitar que o linguista tentasse dominar os dados por meio de sua intuição pessoal, lançando hipóteses que, por serem de ordem mental ou psicológica, corriam o risco de ficar sem “prova”, isto é, sem confirmação empírica. [...] (ILARI, 2007, p.78)

Weedwood (2004) afirma que Bloomfield adotou uma visão behaviorista para os estudos da língua. Segundo a autora, essa visão trouxe grandes consequências para a pesquisa linguística:

[...] Teve ampla consequência sua adoção de teoria behaviorista da semântica, segunda a qual o significado é simplesmente a relação entre um estímulo e uma reação verbal. Como a ciência ainda estava muito distante de ser capaz de explicar de forma abrangente a maioria dos estímulos, nenhum resultado importante ou interessante poderia ser esperado, por muito tempo ainda, do estudo do significado, e era preferível, tanto quanto possível, evitar basear a análise gramatical de uma língua em considerações semânticas. [...] (WEEDWOOD, 2004, p.131)

Já para Altman (1998), as pesquisas de Bloomfield a respeito do Estruturalismo buscaram uma metodologia original que fosse:

[...] capaz de dar conta de fatos linguísticos sobre os quais não se tinha nenhuma documentação – ou tradição literária – que permitisse a investigação por procedimentos outros que não a acumulação indutiva dos fatos materialmente observáveis. [...] (ALTMAN, 1994, p.29)

No Brasil, como já citado anteriormente, os estudos estruturalistas iniciaram-se na década de 1960, e os estudiosos brasileiros que pesquisavam a língua segundo a ótica dessa tendência apresentaram, conforme Ilari (2007), contribuições importantes do ponto de vista teórico, tais como:

[...] o Estruturalismo instaurou a crença de que língua portuguesa tal qual é falada e escrita no Brasil deveria ser tomada como objeto de descrição, contrariando uma longa tradição normativa. [...] o Estruturalismo trouxe também a preocupação de registrar, disponibilizar e tratar dados linguísticos. Estimulou a linguística de campo, e levou à constituição de grandes *corpora*, que se caracterizaram não só por sua abrangência, mas também por seu alto grau de rigor nos procedimentos de coleta. [...] o Estruturalismo criou grandes expectativas de que poderia contribuir positivamente para a renovação do ensino de língua. [...] (ILARI, 2007, p.87-89)

Se buscarmos pontos de referência nos programas de investigação apresentados por Swiggers (1981), pode-se dizer que o Estruturalismo se insere no programa descritivista, pois esse modelo descreve a língua a partir de abordagens sincrônicas para descrever a estrutura linguística. Para corroborar tal afirmação, buscamos em Altman (1998) as considerações a respeito desse programa:

Descrever os sistemas sígnicos nos limites das suas propriedades estruturais, ou nos contextos comunicativos em que se inserem, dividiria ainda uma vez a produção linguística dita estruturalista entre as interpretações ‘formalistas’ e as interpretações ‘funcionalistas’. Mas a visão global do objeto linguagem como estrutura *sui generis* a desvendar e descrever, a perspectiva sincrônica, e a ênfase no estudo do material linguístico oral continuaram sendo os principais índices da ruptura epistemológicas com o fazer linguístico [...] (ALTMAN, 1998, p.29-30)

2.4 O Gerativismo

Após o movimento estruturalista se firmar em terras brasileiras, surgiu um novo movimento: o Gerativismo, desenvolvido inicialmente por Noam Chomsky. Para Nivette (1975), a Gramática Gerativa apresenta também um modelo estrutural, o qual pesquisa a língua numa visão sincrônica, porém como uma nova roupagem, essencialmente ancorada em uma perspectiva biológica sobre a linguagem humana. Para ele, o Gerativismo tem aspectos semelhantes a alguns do Estruturalismo:

A gramática gerativa aparece, pois, como uma teoria estruturalista – visto que estuda a língua segundo o aspecto sincrônico, considera-a como uma estrutura e, ademais propõe-se por alvo o sistema ordenado das unidades e das relações -, porém ela se distingue, igualmente, das outras teorias estruturalistas pelos seus métodos científicos próprios. (NIVETTE, 1975, p.5)

O Gerativismo apresentava, na década de 1960, como novo as regras transformacionais e utilizava o modelo das regras sintagmáticas já presentes em outros modelos de análise linguística.

Borges Neto (2004) argumenta que o Gerativismo apresentado por Chomsky é “forma sofisticada de gramática de constituintes imediatos acrescida de um componente transformacional”. De acordo com Borges Neto:

[...] Este modelo de análise apresenta dois componentes principais: um que forma expressões, e que é uma versão gerativa da gramática de constituintes imediatos [...] e outro que transforma expressões e que, ao menos em parte, apoia-se na noção de “transformação” [...] (BORGES NETO, 2004, p.101)

Batista (2007, p. 56) analisa, a partir da Historiografia Linguística, a trajetória do Gerativismo no Brasil, para isso ele elaborou o percurso histórico desse movimento linguístico. Ainda em Batista (2007, p. 59), a Gramática Gerativa, num primeiro momento, apresentava algo inovador “por não dar continuidade à linguística que se fazia até então: aquela de teor distribucionalista, em que o importante era a descrição e a análise de dados fundamentalmente fonético-fonológicos e morfológicos”.

A Gramática Gerativa, segundo Batista (2007), teve o seu início no Brasil em 1967, com a publicação do texto de Miriam Lemle na revista *Tempo Brasileiro*, e, assim que chegou, teve a mesma repercussão verificada nos Estados Unidos, ou seja, ficou conhecida como uma “teoria revolucionária”.

Lemle, conforme Batista (2007, p.98), destacou em seu texto a visão de “inovação, as mudanças, as novas perspectivas que o programa chomskiano trazia em comparação com o programa estruturalista”.

Kato e Ramos (1999) apontam alguns momentos iniciais do movimento gerativista no Brasil:

Data	Evento
1967	Artigo publicado na <i>Tempo Brasileiro</i>
1968	A teoria gerativista é apresentada por Miriam Lemle no Museu Nacional.
1969/1975	Primeiras teses: Eunice Pontes, Leila Barbara e Mary Kato.

Quadro 2 – Primeiras publicações a respeito do movimento gerativista no Brasil

Esse grupo de pesquisadores gerativistas estava dividido nas seguintes instituições: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), UNICAMP (Universidade de Campinas) e UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e era composto por, entre outros, Anthony Naro, Miriam Lemle, Margarida Basílio, Mary Kato, Leila Barbara, Antonio Carlos Quicoli, Quentin A. Pizzini, Frank Brandon e Eunice Pontes.

O grupo formado pelos linguistas brasileiros que se filiaram a uma proposta gerativista produziu vasto material entre as décadas de 1970 e 1980. Dentre essa produção há, conforme Batista (2007, p. 103), “manuais de introdução à Gramática Gerativa, nacionais ou traduzidos, e a inclusão de capítulos, em manuais de introdução à linguística ou à sintaxe, com orientação gerativista”.

Essa proposta de descrição e análise linguística, conforme Kenedy (2008, p. 127), veio para dar uma resposta aos pesquisadores ligados ao Estruturalismo, os quais buscaram no “modelo behaviorista de descrição dos fatos da linguagem, modelo esse que foi dominante na linguística e nas ciências de uma maneira geral”. Segundo Kenedy (2008, p. 128), para os estruturalistas, a linguagem

humana era “um fenômeno externo ao indivíduo, um sistema de hábitos, gerado como respostas a estímulos e fixado pela repetição”. Diferentemente desse olhar estruturalista, o Gerativismo de Chomsky veio para romper com esse paradigma, pois, para ele, os falantes de uma língua são criativos porque são capazes de produzir frases novas e inéditas, das mais simples, às mais complexas. Kenedy (2008, p. 129) relata que Chomsky traz para os seus estudos a “concepção racionalista dos estudos da linguagem, em oposição franca e direta à concepção empirista que era defendida pelos estruturalistas, tanto os europeus quanto os estadunidenses”.

Outro ponto discutido pela proposta chomskiana foi o inatismo, ou seja, o indivíduo, por meio de sua genética e sua capacidade humana de falar e compreender uma língua, apresenta uma competência linguística. Kenedy (2008) aponta que:

[...] todos os indivíduos humanos, de todas as raças, em qualquer condição social, em todas as regiões do planeta e em todos os tempos da história foram e são capazes de manifestar, ao cabo de alguns anos de vida e sem receber instruções explícitas para tanto, uma competência linguística – a capacidade natural e inconsciente de produzir e entender frases. (KENEDY, 2008, p.129)

Para Kenedy (2008), o objetivo central do Gerativismo para Chomsky é descrever e explicar a Faculdade da Linguagem:

O papel do Gerativismo, no seio da linguística, é constituir um modelo teórico capaz de descrever e explicar a natureza do funcionamento dessa Faculdade, o que significa procurar compreender um dos aspectos mais importantes da mente humana. (KENEDY, 2008, p.130)

A Gramática Gerativa trouxe um novo modelo para os estudos linguísticos. A partir dessa proposta teórico-metodológica, as línguas deixaram de ser estudadas pelo viés que via o comportamento humano e o uso da linguagem verbal em meio a trocas de estímulo-resposta, e passaram a ser vistas como uma faculdade mental natural. Ainda no movimento gerativista, foi apresentada a primeira versão da Gramática Transformacional, a qual foi desenvolvida e reformulada várias vezes nas décadas de 1960 e 1970. Kenedy (2008) explica os objetivos do Gerativismo nessas décadas:

Os objetivos dessa fase do Gerativismo consistiam em descrever como os constituintes das sentenças eram formados e como tais constituintes transformavam-se em outros, por meio da aplicação de regras. Por exemplo, a sentença “o estudante leu o livro” possui cinco itens lexicais, que estão organizados entre si através de relações estruturais que chamamos de marcadores sintagmáticos, e tais marcadores poderiam sofrer regras de transformação de modo a formar outras sentenças [...] esse sistema de regra que, então, se assumia como o conhecimento linguístico existente na mente do falante de uma língua, o qual deveria ser descrito e explicado pelos linguistas gerativistas. (KENEDY, 2008, p.131)

De acordo com Altman (1998), o método transformacional apresentado pelo Gerativismo trouxe uma nova visão sobre modos de analisar e descrever fenômenos linguísticos:

As proposições da Gramática Gerativista acabaram por provocar reflexões mais gerais sobre as tarefas a serem desempenhadas por uma Linguística da ‘competência’ e por uma Linguística da ‘performance’. Impôs-se, neste referencial teórico, ultrapassar o estágio da observação e classificação de enunciados e formular hipóteses mais gerais, capazes de explicar – e não somente descrever – esses mesmos fatos. Assim, do ponto de vista interno da cronologia da ciência, no curto espaço de três décadas, a um ideal descritivista, ter-se-ia sucedido um ideal teórico-explicativo de fazer científico. (ALTMAN, 1998, p.30)

Dentre os programas apresentados por Swiggers (1981), podemos dizer que o movimento gerativista se encaixa no programa de correspondência, o qual tem como objetivo esclarecer as correspondências entre linguagem, pensamento e mundo. Para comprovar tal análise, orientamo-nos pelos esclarecimentos de Altman (1998):

O programa de correspondência na história das ideias e das práticas de análises linguísticas caracterizaria os trabalhos que tiveram como objetivo principal examinar as correspondências entre linguagem, pensamento e realidade. Nesse programa, a linguagem seria um meio de expressão do pensamento, e a segmentação do pensamento (geralmente equivalente às maneiras como a mente pode perceber o mundo) comandaria a segmentação das unidades linguísticas. Platão, Aristóteles, Varrão, Port-Royal, Guillaume, Chomsky, entre outros, são alguns exemplos de linguistas que, segundo o autor [Pierre Swiggers], operam – ou operaram – dentro deste programa. (ALTMAN, 1998, p.37)

2.5 O Construturalismo

Após o percurso do Gerativismo, passamos a comentar sobre o Construturalismo, último modelo linguístico que será analisado por nós. Geraldo Mattos e Eurico Back idealizaram o modelo construtural.

O grupo de especialidade que se organizou em torno da proposta construturalista pretendeu apresentar uma gramática de descrição da língua portuguesa valorizando um modelo estrutural, mas também relacionado à comunicação entre emissor e receptor. Os conceitos básicos apresentados são: as relações entre os elementos, a comunicação, o sinal e a linguagem.

Mattos e Back (1972, p. 31) esclarecem que a pesquisa linguística desenvolvida por eles pertence à perspectiva sincrônica. Afirmam o seguinte a respeito das pesquisas desenvolvidas por eles: “o nosso estudo, portanto, pertence ao campo da Linguística Especial Sincrônica. O seu assunto é a língua portuguesa deste século, em modalidade adloquial”. O modelo adloquial, na concepção da construtura, é a comunicação em que há mais receptores que emissores.

Segundo Altman (1998, p. 117), Mattos e Back propuseram, por meio das pesquisas relacionadas à Gramática Construtural, uma retórica de ruptura com o Estruturalismo e o Gerativismo, “em retórica de franca ruptura com o Estruturalismo e o Gerativismo, propunham, seus autores, uma ‘nova’ teoria gramatical”.

Batista (2013b, p. 50) relata que o grupo construturalista apresentou de imediato uma retórica de ruptura, pois tanto Back como Mattos por intermédio de seus artigos programáticos configuraram “um novo caminho para a descrição e análise linguística de unidades e fenômenos da língua portuguesa”.

Em 1972, foi publicada a *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*, e seus autores explicitaram o motivo desse novo olhar para o ensino de língua:

A Língua Construtural é o resultado de quinze anos de pesquisas conjuntas, realizados por Eurico Back e Geraldo Mattos. Ao início de nossos trabalhos, consistia nosso intuito dotar a língua portuguesa de uma gramática científica em moldes tagmêmicos; contudo, à medida que avançávamos na pesquisa, sempre mais deficiente nos resultava o modelo tagmêmico e, inconscientemente talvez, começavam as inovações, trazidas pelo estudo exaustivo dos mecanismos da língua portuguesa. A certo momento, descobrimos que nos afastáramos enormemente do modelo tagmêmico e caminhávamos em novos terrenos. Optamos por interrompermos a pesquisa sobre a língua portuguesa e deter-nos com mais afinco na procura de um novo modelo, que incluísse as conquistas realizadas. E surgiu a Linguística Construtural. (BACK e MATTOS, 1972, p.22)

Outro ponto necessário para a adequada compreensão do Construturalismo é verificar como os pesquisadores fundamentaram essa nova visão de linguística e esse modelo relacionado à comunicação, pois conforme Deschamps (1976):

Na realidade, o modelo construtural se fundamenta no modelo de comunicação, onde a relação entre emissor e receptor desempenha papel preponderante; cifração e decifração são habilidades essenciais de processo, determinantes pelo código; as relações entre os elementos ficam estabelecidos como postulados. (DESCHAMPS, 1976, p.11)

Para corroborar com a definição dada por Deschamps, buscamos em Back e Mattos, no prefácio⁴ da *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*, a seguinte afirmação:

Para entender-nos, basta desligar-se de conhecimentos gramaticais anteriores e seguir item por item a exposição, desde que o estudioso aceite a nossa base de Comunicação e a ideia de relações que nos levaram à Construtura.

Borges Neto em seu artigo “*A Linguística Construtural: Um capítulo da história da linguística no Brasil*”, publicado na *Revista Letras*, expõe que esse estudo linguístico teve como base os conceitos apresentados na Linguística Estruturalista. Segundo Borges Neto (2013, p.19), “a Linguística Construtural (LC) é uma teoria linguística, de exploração estruturalista, desenvolvida nos anos sessenta e setenta do século XX [...]”.

O Construturalismo teve como alicerce a teoria behaviorista, e esta teoria, conforme Oliveira e Paiva (2014), estabeleceu como apoio duas vertentes, sendo uma linguística e a outra psicológica.

⁴ Prefácio do livro *A Gramática Construtural da Língua Portuguesa*, não há identificação da página.

A teoria behaviorista se apoia em dois pilares: um linguístico e outro psicológico. O primeiro se refere ao conceito de língua como um conjunto de estruturas e o segundo a aprendizagem como formação de hábitos automáticos. Assim adquirir uma língua é adquirir hábitos linguísticos automáticos e isso é feito através da repetição de estruturas básicas da língua. (OLIVEIRA e PAIVA, 2014, p. 21-22)

Batista (2013b, p. 46), em seu artigo “*Uma técnica, um grupo e uma retórica: A Gramática Construtural na História da Linguística Brasileira*”, afirma que as influências do Construturalismo tiveram apoio em várias correntes do Estruturalismo norte-americano de influência behaviorista, ou seja, a corrente estruturalista delineada por Bloomfield. Borges Neto (2013, p. 21) também ressalta que os estudos construturalistas eram para seus autores como “mais uma ‘técnica’ de descrição linguística, mais adequada à descrição do português do que as técnicas alternativas (Tagmêmica, Glossemática, Gramática Transformacional, etc.)”.

O Construturalismo de Back e Mattos se enquadra no programa descritivista apresentado por Swiggers (1981), pois esses estudiosos focam suas propostas na descrição do uso da língua. Batista (2013b) constata que a Linguística Construtural se caracteriza pelo programa descritivista na história dos estudos sobre a linguagem, conforme apresenta:

[...] teorias e modelos que trabalham a estrutura linguística como objeto autônomo, sem relações com aspectos psicológicos e/ou sociais (no sentido de que seriam essas relações que favoreceriam o entendimento de fatos linguísticos). (BATISTA, 2013b, p.57)

Enfim, percebemos que o Estruturalismo e o Construturalismo estão enquadrados no programa descritivista e o Gerativismo se encaixa no programa de correspondência e sua visão de língua se relaciona a uma perspectiva inatista da linguagem humana.

CAPÍTULO 3

A retórica de ruptura em artigos programáticos na linguística brasileira

3.1 Estruturalismo, Mattoso Câmara Jr. e a ruptura com uma tradição

Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970) foi e é uma referência brasileira para os estudos de uma linguística reconhecida como estruturalista. Ele conviveu com linguistas dessa corrente tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Sabemos que Mattoso Câmara foi reconhecido como aquele que apresentou (pelo menos assim é reconhecido na história da linguística brasileira), na década de 1940, a linguística moderna para os estudiosos da linguagem no Brasil, e foi por essa razão que os estudos linguísticos passaram por mudanças, com Mattoso apresentando uma nova forma de estudar a linguagem. Um momento que pode ser caracterizado como início de um novo percurso e, conseqüentemente, de um embate com os modos presentes naquele momento de estudar linguagem, como o praticado pelo grupo de filólogos, de dialetologistas e gramáticos tradicionais.

De acordo com Altman (1998), ao publicar o livro *Princípios de Linguística Geral* na década de 1940 (depois de ter apresentado o texto em artigos publicados em jornal diário), ficou nítido que Mattoso Câmara não compartilhava ideias sobre o tratamento da linguagem com o grupo de especialidade que protagonizava o cenário brasileiro: a Filologia, a Dialetologia e a Gramática Tradicional. Nesse momento, o interesse dos filólogos eram a perspectiva diacrônica e os estudos que documentavam e analisavam a língua sob essa perspectiva, além disso, havia os dialetólogos, com suas catalogações sobre variedades de uso da língua. A proposta da Linguística Estrutural disseminada por Mattoso vai de encontro

aos ideais desses grupos, que se interessavam pela diacronia e por análise da língua que não levava em conta uma ideia de sistema tal como visão defendida pelo Estruturalismo pós-saussuriano. Segundo Uchôa (2004)⁵, a obra de Mattoso nas décadas de 1940 e 1950 era “representante isolado, no Brasil e em Portugal, do discurso teórico estruturalista, opondo-se desse modo ao discurso dominante dos filólogos [...]”.

Esse novo olhar preocupava-se em apresentar princípios gerais que pudessem ser aplicados a todas as línguas, por exemplo, mostrar que para os estruturalistas a importância era discutir a língua em seus aspectos individual e social, portanto o estudo da linguagem apresentado por Mattoso foi marcado, ainda segundo Uchôa (2004), por meio de um discurso preocupado com os aspectos teóricos e com um modelo que ensinasse a fazer linguística teórica.

Princípios de Linguística Geral, conforme Uchôa (2004), foi criticado em sua época, pois, como dito por alguns críticos, a teoria não era original, entretanto, segundo Uchôa (2004), os aspectos apresentados nesse livro demonstraram que Mattoso era um linguista que estava à frente de seu tempo:

[...] bem informado, atualizado, cuja seleção de temas assegurava uma cobertura satisfatória dos domínios da Linguística desenvolvidos à época, e com a sempre presente originalidade da reflexão pessoal do autor. (UCHÔA, 2004)

O livro trouxe realmente algo novo para a época e para o que estava sendo publicado em termos de estudo da linguagem no Brasil. Podemos perceber essa inovação logo por uma breve análise do índice do livro, tendo em vista uma comparação com o que se publicava então. *Princípios de Linguística Geral* foi dividido em dezenove capítulos assim denominados, apresentando os tópicos privilegiados por Mattoso em sua visão sobre o que era estudar cientificamente a linguagem humana:

⁵ Carlos Eduardo Falcão Uchôa: artigo publicado na Revista Delta – Vol. 20 – 2004: Título do artigo “Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguística no Brasil”: revista *online* e por isso sem numeração de páginas.

Capítulo I	Linguística: seu objeto
Capítulo II	Linguística: suas modalidades
Capítulo III	Os fonemas ou unidades da fonação
Capítulo IV	Sílaba e vocábulo fonético
Capítulo V	As unidades significativas
Capítulo VI	Os tipos de fonemas
Capítulo VII	As significações linguísticas
Capítulo VIII	Uma categoria nominal: o gênero
Capítulo IX	Uma categoria verbal: o aspecto
Capítulo X	As espécies de vocábulos
Capítulo XI	A frase: sua conceituação
Capítulo XII	A frase: sua estrutura
Capítulo XIII	Conceito da evolução linguística
Capítulo XIV	A evolução fonética: suas causas
Capítulo XV	Os aspectos da evolução fonética
Capítulo XVI	As leis fonéticas
Capítulo XVII	Empréstimos e sua amplitude
Capítulo XVIII	Aspectos linguísticos e sociais do empréstimo
Capítulo XIX	A classificação das línguas

Quadro 3 – Tópicos do livro *Princípios de Linguística Geral*

Observem comparação com o livro *Gramática Histórica*, do filólogo Ismael de Lima Coutinho (1900-1965), com primeira edição em 1938 e a segunda em 1941, contemporâneo, assim, à primeira edição do livro *Princípios* de Mattoso. Nesse período, os estudos relacionados à linguagem estavam concentrados na perspectiva diacrônica das gramáticas históricas e da filologia. Batista (2011) definiu esses campos de estudo:

[...] Entende-se o campo filológico como aquele que estabeleceu estudos de feição clássica, em torno de conjuntos de textos de cultura, representando

manifestações intelectuais e históricas de um povo. Já o campo de estudos de uma gramática histórica compreendeu principalmente a fonética e a morfologia. (BATISTA, 2011, p. 371)

A título de comparação entre o que defendia Mattoso, uma visão sincrônica de análise da língua, e a visão diacrônica de Ismael de Lima Coutinho, apresentamos o índice do livro *Gramática Histórica*⁶.

Capítulo I	Introdução
Capítulo II	Latim vulgar e latim clássico
Capítulo III	Línguas românicas
Capítulo IV	História da língua portuguesa
Capítulo V	Domínio da língua portuguesa
Capítulo VI	Português arcaico
Capítulo VII	Ortografia portuguesa
Capítulo VIII	Palavra e vocábulo. Sílabas. Acento Tônico
Capítulo IX	Fonética descritiva
Capítulo X	Fonética histórica
Capítulo XI	Leis Fonéticas
Capítulo XII	Metaplasmos
Capítulo XIII	Analogia
Capítulo XIV	Constituição do léxico português
Capítulo XV	Morfologia
Capítulo XVI	Português do Brasil

Quadro 4 – Tópicos do livro *Gramática Histórica*

Carlos Eduardo Falcão Uchôa, no prefácio da edição de 1976 do livro de Ismael de Lima Coutinho, esclarece ao leitor que o autor do livro “não desconhecia a fonologia sincrônica e nem a fonologia diacrônica” (UCHÔA, 1976)⁷.

⁶ *Gramática Histórica*, 7.ª edição, 1976.

⁷ Prefácio do Livro *Gramática Histórica*, de Ismael de Lima Coutinho, de 1976. O prefácio é de autoria de Carlos Eduardo Falcão Uchôa e não há numeração de página.

Esse comentário indica a importância dos estudos apresentados por Mattoso, pois nos indicia que já havia uma certa preocupação de não deslocar Coutinho de um panorama que, na década de 1970, já reconhecia a importância de uma linguística estruturalista, que de fato havia estabelecido um movimento de ruptura na linguística brasileira, ao descontinuar os estudos diacrônicos como orientação dominante nos estudos sobre a linguagem no Brasil.

Com a publicação do livro *Princípios*, Mattoso demonstrou que estava bem informado em relação aos estudos estruturalistas. Como sabemos, o linguista brasileiro começou a discutir o ensino da língua por meio da linguística no final da década de 1930 mediante a publicação de livros e artigos. Foi também o primeiro professor de Linguística no Brasil, precisamente na Universidade do Distrito Federal, instituição que na concepção de Rodrigues (2005, p. 13) era uma “instituição liberal e inovadora” e que veio ao encontro dos estudos de Mattoso: em ambiente moderno, propício para um ensino da língua no viés da moderna ciência da linguagem praticada fora do Brasil. No entanto, segundo Altman (1998), a Universidade do Distrito Federal foi extinta no ano de 1939, e com a extinção da universidade o grande *scholar* brasileiro precisou ministrar aulas de língua portuguesa para o ensino secundário.

No período em que trabalhou nas escolas secundárias, Mattoso aproveitou para organizar o material utilizado em suas aulas na Universidade do Distrito Federal, e esse material, segundo Rodrigues (2005), é que foi convertido no conteúdo da primeira edição do *Princípios de Linguística Geral* em 1942. Rodrigues (2005) ressalta que:

Dos escritos de Mattoso, o que teve maior divulgação no Brasil e que tem contribuído para disseminar conhecimentos científicos sobre a linguagem é o que intitulou de **Princípios de Linguística Geral**, cuja primeira edição em livro saiu em 1942, mas que já fora em parte publicado parceladamente na Revista de Cultura durante os anos de 1939 e 1940 (RODRIGUES, 2005, p.15)

Altman (2004) explica que, com a saída de Mattoso da Universidade e, conseqüentemente, nesse período, a eliminação da linguística geral do currículo das faculdades de Letras, o ensino de linguagem não foi o mesmo:

[...] eliminar todo um conjunto de problemas e metodologias inovadoras no tratamento da linguagem da formação de jovens profissionais que, pela primeira vez no país, se graduavam em curso de língua e literatura. As futuras gerações de linguistas brasileiros estavam indelevelmente fadadas, de antemão, a perder o bonde da história. (ALTMAN, 2004.)⁸

Outro ponto importante é o prefácio da primeira edição do livro *Princípios*, elaborado por Sousa da Silveira, o qual esclareceu que o trabalho de Mattoso era útil tanto aos professores quanto aos estudantes, pois nele havia uma proposta inovadora para o ensino de língua por meio dos aspectos sociais e linguísticos.

Quando estudou fora do país, Mattoso teve contato com grupos de linguistas que já estudavam a língua como estrutura e, por esse motivo, ele tinha as condições intelectuais necessárias para ser um líder intelectual de uma geração que já praticava Estruturalismo como modo de descrever e analisar língua. Esse contato, essencialmente norte-americano, segundo Altman (2004), iniciou-se nos primeiros anos da década de 1940 no momento do encontro do linguista brasileiro com Roman Jakobson em Nova Iorque, e foi a partir dessa proximidade que Mattoso começou a se interessar pela análise sincrônica. Ressaltamos, com Altman (2004), que o estudioso brasileiro conhecia a visão sincrônica por meio das leituras do *Cours* (1916) de Ferdinand de Saussure, de *Language* (1921) de Edward Sapir e *Die phonologischen Vokalsysteme* (1929) de Trubetzkoy.

Durante a sua permanência nos Estados Unidos nos anos de 1943 e 1944, Mattoso foi um espectador assíduo das conferências proferidas por Jakobson com a temática em linguística geral, esses encontros aconteciam, conforme Altman (2004), “tanto na École Libre, quanto na Universidade de Colúmbia”. Ainda frequentou vários cursos de sânscrito, de grego e de línguas africanas, mas a sua preferência era participar dos debates dos pesquisadores ligados ao grupo de Jakobson e do Círculo Linguístico de Nova Iorque. Ainda em Altman (2004), temos a informação de que o estudioso brasileiro também teve contato com outros cientistas da linguagem, como Leonard Bloomfield, Edgar H. Sturtevant e Franklin Edgerton, Zellig S. Harris, Clarence Parmenter. Ainda é preciso ressaltar que a estada de Mattoso em solo norte-americano em momento de efervescência da

⁸ Cristina Altman: artigo publicado na Revista Delta – Vol. 20 – 2004: Título do artigo “A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo linguístico de Nova Iorque”: revista *online* e por isso sem numeração de páginas.

linguística estruturalista e sua ida a Praga o levaram a propor, em 1949, a sua tese de doutoramento, cujo assunto era a descrição fonêmica do português do Brasil. O próprio tema desse trabalho de grau nos indicia a presença da vertente estruturalista no pensamento de Mattoso.

Um prefácio do livro *Princípios de Linguística Geral* elaborado por Silvio Elia, na edição de 1976, indica que a publicação apresentava elementos certos para um movimento de descontinuidade num panorama diacrônico de estudos sobre a língua:

Como já se tem observado, a primeira edição dos Princípios revê, em especial a influência da Escola Francesa e a das correntes europeias de maneira geral, Meillet, Vendryès, Saussure, Grammont, Jespersen são os autores mais citados. Contudo, já ocorrem nomes de nortes americanos, como Bloomfield e Sapir, mais este do que aquele, o que é sintomático. (ELIAS, 1976)⁹

Percebemos, por meio do prefácio, que Mattoso buscava algo diferente, na época, para explicar os conceitos ligados à linguagem, em uma direção que se opunha ao discurso do grupo que até então dominava os conceitos e técnicas ligados ao ensino da linguagem. Uchôa (2004)¹⁰ comenta essa oposição “[...], opondo desse modo ao discurso dominante dos filólogos, de orientação atomista, que no estudo da língua, sobretudo a literária, quer no estudo diacrônico do vernáculo”. Essa posição, de acordo com Altman (1998), do linguista brasileiro demarcava o início da ruptura com um grupo de especialidade que privilegiava os estudos filológicos e os estudos históricos sobre a língua em suas feições fonético-fonológica e morfológica.

Tendo em vista a sua importância para o cenário acadêmico e principalmente por ter sido Mattoso o introdutor da linguística estrutural no Brasil, escolhemos o artigo programático “O novo Estruturalismo no Brasil”, publicado em 1967 na revista *Tempo Brasileiro*. Nesse artigo, o linguista brasileiro apresentou correntes do Estruturalismo.

⁹ Prefácio do Livro *Princípios da Linguística Geral*, de J. Mattoso Câmara Jr., de 1989- 7ª ed. O prefácio é de autoria de Silvio Elia e não há numeração de página.

¹⁰ Carlos Eduardo Falcão Uchôa: artigo publicado na Revista Delta – Vol. 20 – 2004: Título do artigo “Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguística no Brasil”: revista *online* e por isso sem numeração de páginas.

No ano da publicação do artigo, o Brasil passava por várias mudanças tanto na área educacional quanto na área política, e foi nesse momento conturbado que Mattoso, nome já consolidado no meio acadêmico, redigiu um texto marcando sua posição sobre as pesquisas linguísticas relacionadas ao Estruturalismo. Nesse período, o Estruturalismo já era bem visto, já havia grupos de especialidade discutindo e escrevendo sobre o Estruturalismo linguístico em vários países.

Mattoso abriu seu artigo citando Joseph Hrabák, estudioso tcheco. Nessa citação, Hrabák salientou que o Estruturalismo era um ponto de vista epistemológico. Já aqui percebemos um argumento de influência para demarcar posições científicas em comunidades de pesquisa. Logo após a citação, Mattoso (1967, p. 5) diz que “o Estruturalismo é uma posição científica geral para todos os campos do conhecimento humano”. Ao usar o pronome indefinido “todo” com o artigo “o”, o linguista esclareceu que a linguística estrutural poderia ser usada para explicar os fenômenos de todas as áreas, apresentando a noção de inteiro. O linguista brasileiro, ainda nesse artigo, fez um percurso histórico do movimento estruturalista, no qual citou vertentes do Estruturalismo, discutiu também que mesmo dentro dos grupos que seguiam a Linguística Estrutural havia momentos de divergência entre os pesquisadores, como, por exemplo, a discussão entre russos e tchecos. Segundo Mattoso Câmara (1967):

Refiro-me a um vasto e complexo movimento, de origens eslavas. Teve a sua expressão definitiva no Círculo Linguístico de Praga, aonde afluíram duas correntes distintas – uma russa e outra tcheca. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p.17)

Além dessas duas visões estruturalistas, havia também o grupo que, conforme Mattoso Câmara (1967, p.18), “enveredou pelas diretrizes saussurianas” (1967, p.18), comandado por Roman Jakobson e N. Trubetzkoy, grandes nomes para a fonologia estruturalista.

Ainda nessa visão de ruptura dentro do grupo dos estruturalistas, houve também uma divergência entre os grupos da Europa e o grupo dos Estados Unidos, e o nome que despontou, naquele momento, foi o de Edward Sapir. Sapir, segundo Mattoso Câmara (1967, p. 20), não se ligara a outros estruturalistas, pois era “todo voltado para o seu próprio pensamento, não procura ligá-lo a

predecessores, e provavelmente não se fazia ele próprio uma ideia de background mental imanente”.

Sapir discutiu em suas obras aspectos linguísticos e antropológicos e trabalhou nas áreas da linguística indígena e indo-europeia. Em 1925, publicou um artigo no periódico da *Linguistic Society of America* definindo o conceito de fonema e fazendo uma separação entre fonética e fonologia. Discutiu ainda em seus trabalhos o papel do significado na forma gramatical. Participou do grupo de estudiosos que defendiam que a linguagem estava ancorada em um nível mental. Sapir desenvolveu um Estruturalismo diferente do Estruturalismo europeu, pois este ainda era, em sua visão, muito ligado às considerações de Saussure.

Outro linguista estruturalista citado por Mattoso Câmara em seu artigo foi Leonard Bloomfield, e foi este quem apresentou o chamado “Estruturalismo behaviorista”. De acordo com Mattoso, os estudos de Bloomfield foram inovadores tanto na visão behaviorista quanto no chamado “mecanicismo”. O estudioso brasileiro se posicionou primeiramente em relação ao behaviorismo e depois em relação ao mecanicismo. Segundo ele:

[...] pesou sobre Bloomfield a influência da psicologia do behaviorismo, lançada com esse nome por John Watson e continuada por Max Meyer e Albert Weiss, principalmente. Bloomfield fez-se um convicto behaviorista em psicologia, e à luz do seu behaviorismo filosófico passou a considerar a linguagem. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p. 23)

Ora, como sabemos, a filosofia do comportamento, ou *behavior*, desiste de explicar os fenômenos mentais em si mesmos. Concentra-se no estudo do comportamento humano, em que aqueles fenômenos se refletem. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p. 23)

Bloomfield transpôs essa atitude para a linguística. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p. 23)

Pelas considerações de Mattoso Câmara a respeito da concepção inovadora apresentada por Bloomfield, percebemos que o linguista estadunidense apresentou uma novidade para os estudos da Linguística Estrutural, além da visão behaviorista, outro direcionamento está no chamado mecanicismo. O mecanicismo era visto como:

[...] a estruturação de que resulta o sistema fônico de uma língua e o mecanismo das suas combinações mórficas e sintáticas. Dos segmentos fônicos, providos de valor gramatical, excluía os conceitos, que lhe dão esse valor e criam semânticas. A própria frase ou unidade de uma comunicação, era apreciada behavioristicamente pelos seus efeitos sobre o ouvinte, e não por qualquer conteúdo imanente. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p. 23)

Mattoso Câmara (1967, p.29) ao comentar a linha estruturalista apresentada por Louis Hjelmeslev nos informa que a glossemática “não ficou cabalmente desenvolvida” e que, mesmo inacabada, teve um enorme impacto na comunidade linguística. A base principal dos estudos ligados à Glossemática, segundo Mattoso (1967, p.29), era “elaborar uma linguística que se baste a si mesma, e separá-la nitidamente da psicologia”. Além disso, a Glossemática de Hjelmeslev propôs mudanças nos conceitos apresentados por Saussure. Mattoso explicou a mudança apresentada por Hjelmeslev:

A oposição entre a *langue* e *parole* de Saussure é substituída por uma divisão tripartida, em que, ao lado da *parole*, figura o uso (fr. *usage*) e a norma (fr. *norme*). O uso é a atualização da norma, que aqui é o termo equivalente à estrutura. Assim, a linguística, fixando a sua atenção na norma, pode abstrair melhor da concreticidade do uso as relações imanentes. Estas em seu conjunto, associando-as implicitamente às relações matemáticas, ele vai chamar afinal, em vez de norma, *calculus*. (MATTOSO CÂMARA, 1967, p. 29)

Outra corrente ligada aos estudos da Linguística Estruturalista é o chamado funcionalismo linguístico, e sua concepção está ligada à compreensão do funcionamento da língua. Ainda nessa vertente linguística é verificado o desempenho de seus termos opositivos no processo da comunicação. O funcionalismo, na época, e segundo a visão de Mattoso, visava à frase numa visão sintagmática, e essa perspectiva, ainda segundo Mattoso, não pertencia ao Estruturalismo puro.

Mattoso ainda se posicionou a respeito de uma nova tendência linguística que iria abalar o espaço do Estruturalismo como dimensão moderna de estudos linguísticos, já no final da década de 1960, no mesmo momento em que o Estruturalismo advogava esse espaço intelectual (cf. ALTMAN, 1998; BATISTA, 2007, 2011). Ao comentar essa nova perspectiva para os estudos linguísticos usou a palavra “lucubrações”, ao caracterizar o trabalho do gerativista Noam Chomsky. Ao fazer esse comentário, Mattoso posicionou-se contrariamente à visão de Chomsky a respeito do funcionamento da língua. Ainda a respeito da Gramática Gerativa,

Mattoso Câmara (1967, p. 32) indicou duas implicações: “reação contra o mecanismo behaviorista” e “retorno aos objetivos da ‘gramática geral’ francesa do século XVIII, cuja crítica, por parte da linguística do século XIX, parece a Chomsky equivocada”. Temos aqui um posicionamento de ruptura em relação à Gramática Gerativa.

Essa reconstrução histórica que Mattoso fez da área nos permite identificar, no discurso do linguista, marcas da tentativa de exposição de um pensamento que definitivamente se distanciava do grupo de especialidade que considerava a linguagem em perspectiva diacrônica. O momento era de inovação, uma vez que o próprio modo de pensar linguagem como estrutura, em perspectiva sincrônica, estabelecia descontinuidade. Nesse sentido é que se encaminha a longa história da linguística feita por Mattoso em seu discurso. Ao defender uma nova perspectiva, e assim marcar uma retórica de ruptura, ele se alicerçou em torno de fortes argumentos de influência, deixando claro para o leitor, em sua apresentação da nova teoria, que o que se via em termos de tratamento linguístico estava solidamente reconhecido no exterior e em trabalhos de fôlego. A ruptura, assim, colocava-se em um panorama qualificado. De maneira até certo modo implícita, a reconstrução histórica de Mattoso indicia ao leitor a retórica de ruptura ao apontar nomes importantes que se distanciavam de uma linguística diacrônica com larga tradição no Brasil.

A linguagem adotada por Mattoso em seu artigo evidencia o seu posicionamento a favor desse paradigma, pois ao fazer um percurso histórico do surgimento do Estruturalismo até a chegada do Gerativismo usou termos que destacavam a novidade no meio acadêmico. Nesse percurso, para defender sua ideia, Mattoso valeu-se de termos que destacavam a novidade e o rigor do novo paradigma para se posicionar, tais como:¹¹

A primeira posição, **rigorosa** e **conscientemente** estruturalista, é a de Saussure. (1967,p.11)

¹¹ Esclarecemos que as referências das fontes primárias estão destacadas em quadros.

Saussure põe nitidamente em pauta a necessidade de que chamou o “estudo sincrônico”, **em contraposição ao “estudo diacrônico”**, dedicado ao eterno *devenir* das línguas. (1967, p.12)

Daí depreendeu um fato **nov**. (1967, p. 15)

O conceito de sintagma, por outro lado, que é uma **inovação** saussuriana. (1967, p. 16)

Mattoso, depois que teve contato com as ideias de Saussure e dos estruturalistas, começou a defender a cientificidade para os estudos linguísticos e, para isso, a *langue* (língua) tornava-se o centro das pesquisas. É evidente que nascia o movimento de ruptura, pois começaram a surgir as dicotomias: língua x fala; sincronia x diacronia; significado x significante; relações associativas x relações sintagmáticas. Essas dicotomias orientavam, também, formas de análise teoricamente, estabelecendo paradigmas específicos de acordo com o que se iria privilegiar a partir dessa perspectiva dicotômica. Por exemplo, ao grupo dos estruturalistas, interessaria muito mais a língua como sistema do que a fala e o uso linguístico.

Para que tenhamos ainda uma maior apreensão do pensamento de ruptura de Mattoso, podemos observar o artigo publicado em 1966 “Para o estudo descritivo dos verbos irregulares”, no qual o linguista, já na introdução, fazia uma crítica em relação às gramáticas tradicionais da época. Segundo Mattoso:

A estrutura flexional do verbo, em português, não é analisada em nossas gramáticas descritivas. A exposição tradicional se limita a separar, de maneira nem sempre nítida e coerente o radical e o que chama impropriamente a “terminação”. (MATTOSO CÂMARA, 1966, p.95)¹²

¹² Artigo publicado no livro *Dispensos* de J.Mattoso Câmara Jr. de 1972. O artigo foi publicado, em 1966, na *Revista Estudos Linguísticos* (Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada) S.Paulo, Centro de Linguística Aplicada do Instituto de Idioma Yázigi, I (I): 16-27, 1966.

Ao usar expressões como “não é analisada”; “a exposição tradicional se limita”; “nem sempre nítida e coerente”, Mattoso coloca-se contra o ensino da língua de forma tradicional.

O linguista brasileiro, ao seguir diretrizes consideradas por ele como mais científicas para os estudos da linguagem, discordou dos parâmetros dimensionados pelo grupo dos filólogos, por exemplo, que defendiam os estudos comparativo-históricos e as análises diacrônicas.

A crítica de Mattoso Câmara fica evidente em mais um trecho de “Para o estudo descritivo dos verbos irregulares” (1966):

Impõe-se, portanto, uma nova orientação, como uma análise mórfica bem elaborada, que faça ver os constituintes elementares da forma verbal. Para tanto, temos de nos colocar na sincronia da língua atual, fixando-nos no que Saussure chamou o “eixo das simultaneidades”. Nenhuma razão histórica deve servir de base para o destaque dos constituintes. No fluir de sua história, eles se unificam, se desintegram, se eliminam, se criam, estabelecendo para cada momento, ou “estado da língua”, um quadro estrutural específico. O descritivista não se deve embarçar com as possíveis contradições entre as suas conclusões e o que diz, por sua vez, a gramática histórica tradicional. Esta visa à explicação da origem, não à do funcionamento; e as funções de hoje não estão necessariamente ligadas às de um passado que desapareceu. (MATTOSO CÂMARA, 1966, p.96)

Ao posicionar-se em relação à terminação dos verbos irregulares, Mattoso apontava que no Brasil não havia nas gramáticas brasileiras uma análise descritiva, o que havia era separação do radical e a terminação do verbo, e isso dificultava a compreensão da análise dos verbos irregulares. Esse posicionamento marcou o que o linguista brasileiro pensava sobre os estudos ainda ligados à Gramática Tradicional, à Filologia e à Gramática Histórico-Comparativa. O método apresentado pela Gramática Tradicional, segundo Mattoso (1966), não era transparente e por isso dificultava a compreensão. Ele utilizou o verbo *obscurecer* para elaborar a sua crítica:

Esse método obscurece a compreensão da flexão verbal nos verbos ditos regulares, em que a um radical invariável se adjungem “terminações” padronizadas para a expressão das noções gramaticais de pessoa, tempo e modo. Fica indiscriminado a que parte da chamada “terminação” cabe a indicação de cada uma dessas noções gramaticais, e com isso dificulta-se evidentemente, a apreensão e o correto manuseio das formas, que se intenta fazer memorizar em bloco. (MATTOSO CÂMARA, 1966, p.95)

Segundo Mattoso (1966, p. 96), o ensino tradicional a respeito de verbos tornava-se inconveniente principalmente nos chamados verbos irregulares, pois esses, na visão de Mattoso, quando conjugados não seguiam a padronização dos verbos regulares: “Aí, as nossas gramáticas apenas enumeram os verbos, que interpretam (nem sempre acertadamente) como irregulares, em ordem alfabética, seriando as formas temporais da cada uma”. Ele ainda salientou que esse método deixava passar “despercebidas realidades de ordem estrutural, cujo conhecimento tornaria mais compreensíveis as formas irregulares”.

Ao escrever o artigo “O Estruturalismo Linguístico”, o posicionamento de Mattoso é sutil, pois ele trouxe a história do Estruturalismo, ao defender a legitimidade acadêmica dessa vertente linguística. O Estruturalismo na década de 1960 já era bem estabelecido no meio científico, e por isso os argumentos de Mattoso Câmara foram implícitos, não era necessário elaborar uma defesa. Os trechos a seguir demonstram a sutileza da retórica.

[...] Abrange o estudo do homem em sua criação cultural, e, pois, nesta última também o estudo linguístico. (1967, p.6)

Assim, a sua famosa dicotomia entre forma externa e forma interna é a primeira afirmação nítida e coerente do Estruturalismo linguístico. Diga-se de passagem que já nessa manifestação inicial se admitia a estruturação semântica desmentido prévio à identificação arbitrária que se faz às vezes entre estruturalismo e anti-mentalismo. (1967, p.11)

É uma asserção que não precisa propriamente ser provada, pois está no consenso geral. O que importa estabelecer com clareza são as origens dessa posição e o que ela significa na história do Estruturalismo linguístico. (1967, p. 11)

[...] Sentiu ainda, porém, muito além disso, a outra consequência que advinha dessa compreensão sociológica. Dela desentranhou o conceito de sistema para língua, em linhas pela primeira vez estruturalistas em linguística. (1967, p. 13)

Ora, a estrutura frasal é, em última análise, um relacionamento de funções. Chega-se assim a uma modalidade do Estruturalismo linguístico, que é o funcionalismo e mais tarde apreciaremos em suas variedades. (1967, p. 17)

Ora, como sabemos, a filosofia do comportamento, ou *behavior*, desiste de explicar os fenômenos mentais em si mesmos. Concentra-se nos estudos do comportamento humano, em que aqueles fenômenos se refletem. (1967, p.23).

O que interessa mais propriamente registrar é o caráter estruturalista definitivo de todas essas abordagens mais ou menos “mecanicistas”. (1967, p. 25)

Como já dito anteriormente, o artigo “O Estruturalismo Linguístico” de Mattoso Câmara pode ser classificado como artigo programático, ainda que não apresente novos estudos linguísticos, mas sim a história do Estruturalismo, e, sendo assim, o linguista brasileiro defendeu a legitimidade dessa área linguística. Percebemos nos trechos indicados acima que Mattoso Câmara, de forma muito discreta, defendia a continuidade dos estudos linguísticos relacionados ao movimento estruturalista. Esse discurso implícito revelava que o programa estruturalista era o melhor e o mais científico.

Essa reconstrução histórica elaborada por Mattoso Câmara constitui a sua retórica de ruptura, pois, como já dissemos anteriormente, o artigo “O Estruturalismo linguístico” não trouxe novos métodos ou técnicas para apresentar um novo conceito linguístico. A história do Estruturalismo em suas várias etapas por si só é um discurso de ruptura, pois é por meio da história já consolidada que o linguista brasileiro advogou por uma descontinuidade com a tradição brasileira dos filólogos e dos dialetólogos, ou seja, um momento de olhar para os estudos da linguagem e adotar um novo paradigma com uma história respeitada.

Mattoso Câmara foi um grande intelectual e conseqüentemente um grande líder e formador de ideias a respeito dos estudos relacionados à linguagem.

Sabemos que o linguista brasileiro não formou um grupo de especialidade que pudesse debater o Estruturalismo aqui no Brasil, entretanto, foi considerado como líder intelectual de uma geração que começou a fazer linguística como uma prática científica, como ele pregava em seu livro *Princípios de Linguística Geral*, o primeiro manual de linguística em língua portuguesa publicado no Brasil.

Além disso, foi por meio das aulas de linguística ministradas pelo professor Mattoso Câmara no Distrito Federal, entre os anos de 1938 e 1939 na Faculdade de Filosofia e Letras, que essa ciência começou a se articular como disciplina, tornando-o líder intelectual entre as décadas de 1930 a 1960.

Na década de 1950, Mattoso Câmara retornou à Faculdade Nacional de Filosofia e também foi contratado pela Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis. Também participou como professor convidado em algumas instituições acadêmicas por todo o Brasil.

Outro fato que marcou Mattoso Câmara como líder intelectual que defendia os estudos linguísticos ligados ao Estruturalismo foi o curso ministrado por ele na Universidade do Distrito Federal. Segundo Altman (1998):

[...] embora efêmero, marcou, ao mesmo tempo, nas décadas seguintes, o que a literatura crítica considerou o início do processo de institucionalização da Linguística no Brasil e o início de uma nova orientação teórica e metodológica para os estudos linguísticos efetuados até então.[...]
(ALTMAN, 1998, p.108)

Além de Mattoso Câmara, outros estudiosos da Linguística, nas décadas de 1960 e 1970, discutiram a questão da língua. Esse grupo tinha como pesquisadores Aryon Rodrigues, Francisco Gomes Matos, Ataliba Teixeira de Castilho, Cidmar Pais, Monica Rector, Izidoro Blikstein, Carlos Franchi, e esses jovens foram considerados a primeira geração de linguistas no Brasil.

Nos anos 1960, a Universidade de Brasília e o Museu Nacional tentaram formar grupos para discutir a Linguística no Brasil, entretanto não tiveram êxito. A pesquisa linguística nesse período aconteceu, porém, por iniciativas individuais e fragmentadas porque nesse momento havia o interesse estava voltado para a Filologia e a Dialetologia.

Segundo Altman (1998) a pesquisa linguística se consolidou no momento da reunião preparatória para a fundação da primeira sociedade científica do país em 1968. Para a autora:

O primeiro grupo de profissionais que passou, a partir de então, a se perceber e autodenominar 'linguista' surgiu, portanto da polaridade que se havia criado entre o ensino, de um lado, e a pesquisa, de outro. [...] (ALTMAN, 1998, p. 272).

Podemos dizer, em forma de síntese, que Mattoso Câmara, ao apresentar o Estruturalismo, estabeleceu um discurso de descontinuidade em relação aos estudos relacionados à Filologia e à Dialectologia, uma vez que ele já compartilhava de uma perspectiva que partia de uma visão sincrônica da língua, em oposição aos filólogos e suas pesquisas diacrônicas, por isso consideramos que houve uma ruptura em relação aos estudos linguísticos diacrônicos no Brasil.

3.2 Gerativismo, Miriam Lemle e a chegada do "novo" na Linguística

Miriam Lemle é a autora do segundo texto programático que iremos analisar. Ela é atualmente professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na linha de pesquisa em Gramática Gerativa, da qual é considerada como pioneira, aqui no Brasil, consequência de sua apresentação da teoria gerativista desenvolvida por Noam Chomsky, quando publicou em 1967, na revista *Tempo Brasileiro*, o artigo programático "O novo Estruturalismo em Linguística: Chomsky" (cf. BATISTA, 2007; 2010).

A linguista graduou-se em 1959 em Letras Neolatinas pela UFRJ e no ano de 1962 começou a trilhar o seu caminho na área da Linguística. Defendeu sua dissertação de mestrado em 1962 pela Universidade da Pensilvânia e, assim que retornou ao Brasil, participou com outros pesquisadores e docentes da criação da primeira pós-graduação em Linguística do país, inicialmente no Museu Nacional e depois na UFRJ. Em 1980, apresentou sua tese de doutoramento pela UFRJ e, logo em seguida, começou a participar das atividades da Faculdade de Letras da mesma

universidade. Coordenou e foi vice-coordenadora do programa de pós-graduação em Linguística até 1986, já em 1985 foi bolsista do Programa Fullbright e fez seu pós-doutorado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, onde estreitou seu contato com Noam Chomsky. No período de 1987 a 1989 foi presidente da Associação Brasileira de Linguística e, em 2007, recebeu pela UFRJ o título de Professor Emérito. Pelo percurso apontado fica evidente que o foco de estudo de Miriam Lemle sempre foi a Gramática Gerativa, nos diferentes modelos desenvolvidos por Noam Chomsky.

Diferentemente do Estruturalismo, que já estava consolidado no meio acadêmico no final da década de 1960, o Gerativismo de Chomsky chegava ao Brasil pelas mãos e pensamentos de Lemle com a publicação do artigo “O novo Estruturalismo em linguística: Chomsky” em 1967 (cf. BATISTA, 2007; 2010). Salientamos que nesse mesmo número da revista, Mattoso reafirmava a sua preferência pelo Estruturalismo linguístico, ou seja, temos na Linguística brasileira uma superposição de dois programas de investigação diferentes, ao mesmo tempo reivindicando espaço acadêmico e institucional, clamando no mesmo número da mesma revista pela adesão de pesquisadores, por meio de dois discursos que não tinham outro objetivo a não ser convencer os linguistas da validade dos paradigmas que apresentavam.

Nesse período, linguistas que pertenciam a grupos de especialidade da Filologia, da Dialetoлогия e mesmo da Linguística Estrutural começavam a perceber que iriam dividir espaços institucionais já consagrados com os jovens linguistas que iniciavam estudos em Gramática Gerativa, muitos deles com passagens em centros internacionais importantes (cf. BATISTA, 2007; 2010).

Altman (1994) salienta que, no final da década de 1960 e início da década de 1970, o Estruturalismo começava a ser negado como único e predominante referencial teórico na Linguística, e muitos dos resultados de pesquisas estruturalistas passavam a ser rejeitados como modelo adequado de descrever e analisar fenômenos linguísticos. Estávamos, desse modo, em um movimento de descontinuidade nos estudos sobre a linguagem no Brasil, pois em direções opostas começavam a ir, de um lado, jovens pesquisadores que aderiram

ao forte discurso de ruptura de Lemle em 1967, tornando positivo o resultado de seu texto programático, e de outro lado uma geração de pesquisadores que também estava em busca de um ideal de cientificidade moderno (em contraponto com a antiga geração de filólogos, dialetólogos e gramáticos tradicionais), mas que de modo peculiar encontrava um embate já em seu nascedouro. Duas retóricas da novidade buscando ruptura na Linguística brasileira da década de 1960.

De acordo com Altman (2004), esse conflito de interesses, sem dúvida, permaneceria a característica de uma Linguística brasileira de recepção e com feição de pluralidade, subdividida em diferentes grupos de especialidade, cada um com sua retórica própria, buscando adesão de jovens e talentosos pesquisadores.

Lemle, no artigo publicado na revista *Tempo Brasileiro*, logo no primeiro parágrafo, posicionou-se com forte retórica de ruptura a favor das pesquisas difundidas por Chomsky. Segundo a pesquisadora:

Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na linguística: é a chamada gramática gerativa-transformacional. Novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas. (LEMLE, 1967, p.55)

Percebemos de imediato no discurso, e evidentemente em seu posicionamento como linguista de um grupo de especialidade no cenário nacional (cf. BATISTA, 2007; 2010), que se iniciava uma nova perspectiva para os estudos linguísticos. O adjetivo “*novo*” utilizado quatro vezes pela linguista demarcou sua retórica de ruptura em relação ao Estruturalismo, que na visão de Lemle já estava ultrapassado, já se tornara “*velho*”. Não podemos nos esquecer da dimensão ideológica que toda palavra carrega, uma vez que é dos semas de cada item lexical que saem as camadas de sentido que chegam veiculando ideologia aos receptores. A insistência na caracterização de novidade das ideias de Chomsky estava marcada de modo crucial na retórica de Lemle, que já assegurava em sua superficialidade textual a ruptura com qualquer outra possibilidade teórico-metodológica de pesquisa linguística.

Outra expressão utilizada por Lemle para marcar o seu posicionamento foi “uma corrente revolucionária”. Se buscarmos o significado da palavra “revolucionário” em qualquer dicionário, descobrimos que vem da palavra “revolução”, termo que surgiu no período do Renascimento entre os séculos XIV e

XVI e em princípio foi utilizado nas Ciências Naturais. Já no século XVII assumiu uma conotação política, momento em que foi usado para indicar acontecimentos que provocariam mudanças na ordem social de uma nação. O termo também foi usado nas várias guerras que desejavam romper com os ideais antigos. Ao usar a palavra “revolucionária”, dando continuidade a essa história dos sentidos da palavra (uma história ideológica e veiculadora de sentidos que buscam transmitir valores, portanto), Lemle pontuou uma retórica de ruptura em favor de descontinuidades com paradigmas presentes na Linguística brasileira, como o Estruturalismo (que na verdade, como dissemos, era contemporâneo ao programa gerativista) e a Gramática Tradicional, rompendo assim, programaticamente, com as ideias linguísticas que perduraram por muito tempo no Brasil. A linguista afirmou que esses ideais linguísticos, ou melhor, que o novo Estruturalismo, o programa gerativista, surgia com metas ambiciosas.

Aqui cabe uma breve reflexão: é possível interpretar a escolha de nomeação do programa gerativista como "novo Estruturalismo" como índice da força das ideias estruturalistas na ciência da linguagem na época (década de 1960); se a autora propunha de fato ruptura com o que se entendia como programa estruturalista em seu viés descritivo (principalmente com influência de uma prática de análise com orientação behaviorista, presente, por exemplo, no distribucionalismo norte-americano), também mantinha uma ligação com esse programa, de certo modo, pois ainda há um "Estruturalismo" em jogo.

Lemle posicionou-se também ao dizer que os estudos em Gramática Gerativa passavam (como ainda passam) por reformulações em seu processo de elaboração, e essas alterações deixavam os leitores confusos, além disso, não havia interesse dos "transformacionalistas" de divulgarem de forma organizada o que seria a Gramática Gerativa. Esse comportamento era visto pelos estruturalistas descritivistas de modo crítico, como uma teoria ainda não formatada em definitivo, ainda em processo. No entanto, na retórica de linguistas pertencentes ao grupo de gerativistas era exatamente essa constante transformação teórico-metodológica que garantia a caracterização como *ciência*, uma vez que esta sempre está em busca de respostas para problemas, o que não pode, de modo algum, permitir, na visão dos gerativistas, a ideia de estaticidade e ciência pronta. Mais uma vez, imerso no

discurso adotado no texto programático de Lemle, vemos os índices de uma retórica que indica descontinuidade não só com um paradigma científico como o Estruturalismo, mas com toda uma forma de conceber o que é ciência.

Outro posicionamento de ruptura apresentado no artigo de Lemle (1967) é o que diz respeito à sua vinculação à Gramática Gerativa:

[...] Chomsky visa a uma meta mais ambiciosa de teorização do que a de estipular meramente um instrumental terminológico e notacional capaz de descrever a forma externa dos dados das línguas. Querem eles que a terminologia, a simbolização e as operações efetuadas com os símbolos empregadas nas descrições linguísticas, constituam uma representação forma das aptidões e conhecimentos intuitivos do falante [...](LEMLE, 1967, p.56)

A escolha lexical, ideológica por consequência (como apontamos), pelas palavras e expressões como “meta ambiciosa” e “estipular meramente” indicia sentidos e orienta o leitor para a compreensão de que o linguista norte-americano apresentava algo inovador e não mais pesquisas meramente descritivas, pois o que estava em voga era discutir uma gramática da competência, ou seja, um projeto ambicioso para a época, buscando ruptura inclusive com o que se considerava como nível de análise linguística adequado, não somente a fonética, a fonologia e morfologia, mas também os componentes sintáticos e semânticos (o que provocava uma ruptura epistemológica com o que o programa descritivista de base estruturalista definia como níveis preferenciais de análise). Além disso, o discurso de descontinuidade de Lemle apresentava uma nova vertente linguística, que colocava no centro de observação o conhecimento inato do falante.

O grupo de especialidade, ao qual Lemle se vinculava por meio de sua retórica, destacava o papel de Chomsky (lembre-se de que estamos diante, na verdade, de uma resenha da obra do autor norte-americano), que desconstruía, na proposição teórico-metodológica gerativista, o que fora proposto pelas teorias mecanicistas da língua, principalmente com uma Linguística estrutural tal como praticada por Leonard Bloomfield.

Na perspectiva da teoria gerativista, segundo Lemle (1967, p.58), “o ser humano nasce dotado de um mecanismo formador de conceitos já inerentemente bem especificado”. Esse conhecimento deixa de ser indutivo e passa a ser dedutivo.

Está nesse deslocamento teórico a diretriz para a construção de um outro programa de investigação, caracterizado como de correspondência, distante do que propunha, como dissemos, um programa descritivista.

Desse modo, e tal como ressaltado na retórica adotada por Lemle, o conceito de “língua” apresentado pelos gerativistas veio para desestruturar o que fora dito anteriormente por outros programas, estabelecendo não mais análises isoladas de línguas, mas um objetivo mais amplo e ambicioso em busca de universais linguísticos:

[...] determinar a forma geral das gramáticas, ou seja, o conjunto de traços comuns a todas as línguas naturais do mundo, em oposição às gramáticas possíveis para sistemas simbólicos arbitrários. Esses traços comuns são os chamados universais linguísticos. (LEMLE, 1967, pp. 58-59)

A linguista brasileira (1967, p.59), ao se posicionar em relação aos chamados “universais linguísticos”, mais uma vez utiliza-se de um adjetivo para destacar a visão dada por Chomsky: “notável diferença de conceitos”. Além disso, afirma categoricamente que os estudos de Chomsky se diferenciavam de tudo que fora apresentado desde a “primeira metade do século”.

Lemle (1967, p. 64) também destaca as alterações metodológicas que a Gramática Gerativa estabelecia. A apresentação formal da estrutura, nas análises sintáticas, por exemplo, também era vista como inovadora, na forma de diagramas em árvore para descrever a base da oração e suas transformações. Da oração, saía a parte conhecida como locução nominal e locução verbal. Outro fato discutido: as noções funcionais de sujeito, predicado, objetos entre outras, que para Chomsky apresentavam “noções relacionais, que estão implícitas nas regras de estrutura frasal, e não devem ser confundidas com noções categoriais”. Ao apresentar essa forma de analisar a sentença, Lemle afirmava que Chomsky considerava uma falha conceitual presente nas gramáticas então conhecidas e divulgadas, que ignoravam a necessidade de explicações abrangentes e universais para fenômenos de natureza sintática, mais uma vez, movimento de ruptura e estabelecimento de descontinuidade, elementos reforçados na retórica de Lemle:

[...] Mostra como, assim usados, são redundantes e desnecessários e como, na verdade, estão implícitos nelas, delas derivando-se por definição. E estas definições não pertencem às gramáticas de cada língua em especial e sim às convenções terminológicas da teoria gramatical em geral. (LEMLE, 1967, p. 64)

Lemle salientou em seu artigo que a teoria gerativista ainda estava em processo, e a apresentação dos resultados dessa pesquisa ainda não indicava “soluções prontas”, pois a cada discussão surgiam outras possibilidades, que eram debatidas. Abordou ainda os pontos fracos da teoria, como por exemplo, a incapacidade de “expressar certo tipo de relações semânticas íntimas que se encontram dentro de subsistemas conceituais estruturados” (LEMLE, 1967, p. 66), e mencionou a linguagem do pesquisador norte-americano ao expor sua teoria, para Lemle a linguagem chomskyana “não é simples”, pois era comum o uso de termos matemáticos para explicar a nova teoria. De acordo com Lemle:

[...] Não é sensato esperar que se possa tratar por meio de um arsenal teórico simples um fenômeno complexo. Nessa luz, não há alternativa mais adequada para a descrição do fenômeno linguístico do que uma teoria rica e a linguagem **algébrica**. A **algebrização**, na verdade, passou a ser uma necessidade de princípios para a linguística, uma vez dado o passo para o Estruturalismo, isto é uma **soma arbitrária** de fatos isolados (nomes de coisas) como vê o filólogo tradicional e sim um sistema simbólico de um **poder infinito** e altamente estruturado. (LEMLE, 1967, p. 67)

[...] Imagine-se o que não seria de disperso e pouco revelador uma **equação de segundo grau** expressa em palavras em vez que em **números** e **símbolos de incógnitas**. (LEMLE, 1967, p. 67)

A linguista brasileira tornou-se grande aliada para disseminar, aqui no Brasil, a Gramática Gerativa e, por meio do artigo publicado em *Tempo Brasileiro*, transmitiu para vários estudiosos aquilo que ainda era desconhecido no cenário nacional. A partir daí, em crescente processo de institucionalização e afirmação de legitimidade acadêmica, alguns nomes como Lúcia Lobato, Mary Kato, Leila Barbara, Mário Perini, Eunice Pontes despontaram em suas universidades como divulgadores e formadores de pesquisadores em Gramática Gerativa (cf. BATISTA, 2007, 2010).

A linguista continuou nesse percurso, por exemplo, em 1974, em seu artigo, "Analogia na morfologia: estudo de um caso". Nesse texto, a retórica de

ruptura também destacou a descontinuidade e a novidade. Segundo Lemle (1974, p. 19): “Observe-se que a condição acima corrobora uma das assertivas mais importantes da moderna fonologia gerativa: o componente fonológico leva sua informação gramatical”. Ao se valer da expressão “mais importantes da moderna fonologia gerativa”, a autora demarcou um discurso não só de adesão ao Gerativismo de Chomsky, como também de ruptura com o que se produziu em matéria de fonologia antes da Gramática Gerativa.

Em 1984, momento em que a Gramática Gerativa já se encontrava como programa bem estabelecido e reconhecido na Linguística brasileira (cf. ALTMAN, 2004; BATISTA, 2007; 2010), Lemle publicou pela editora Ática o livro *Análise Sintática – Teoria Geral e Descrição do Português*. A obra foi dividida em duas partes. Na primeira parte foi apresentada a argumentação antiestruturalista, mais uma vez a evidência de um discurso de ruptura. Lemle (1984, p.7) afirmava que “é dentro da perspectiva de uma rejeição a um dado status quo científico que os primeiros escritos de Chomsky devem ser entendidos”. Outro trecho em que Lemle (1984) construiu sua retórica em favor do Gerativismo de Chomsky, estabelecendo ruptura com a corrente estruturalista ao apontar a relevância e abrangência da proposta que então reforçava em seus textos:

É importante compreender que a postura aparentemente puramente científica que Chomsky se armou para combater desembocava num corolário de consequências filosóficas que atingiam o plano social e do ético [...] (LEMLE, 1984, p.7)

Ainda nessa linha argumentativa, Lemle (1984) traçou um panorama do programa estruturalista. Nas palavras da linguista, a presença de uma retórica que, na década de 1980, já via suas ambições de ruptura darem resultados positivos:

Defrontada com o panorama ideológico global da época, a concepção da estrutura profunda e das transformações trazia consigo não só a negação do modelo estruturalista da gramática, mas também a inviabilidade do modelo behaviorista de aprendizado e comportamento. (LEMLE, 1984, p.11)

Arrisco-me a afirmar que, mais do que as insuficiências estritamente linguísticas do modelo estruturalista de gramática, o que de início pressionou Chomsky a argumentar mostrando a necessidade de uma maior abstração do nível de representação sintática foi a repugnância que lhe causava a visão mecanicista do comportamento humano na perspectiva da teoria behaviorista. Assim, era-lhe mister incompatibilizar linguística e behaviorismo. A proposição da estrutura profunda cumpriu esse fim ideológico. (LEMLE, 1984, p.11)

Abaixo, trechos do posicionamento de Lemle no artigo de 1967, para mais uma vez evidenciarmos elementos de sua retórica de ruptura:

Note-se que, com isto, fica postulada uma hipótese bastante ousada e específica sobre o mecanismo da aquisição linguística: tanto a criança no aprender a falar quanto o adulto no aprender novas línguas só poderiam realizar essa tarefa imensamente complexa se, ao se aproximarem dos dados, já possuíssem um esquema prévio, um pré-conhecimento tácito dos universais linguísticos. (LEMLE, 1967, p.58)

O modelo do processo psicológico de aprendizagem aí sugerido opõe-se diametralmente ao processo pelas teorias mecanicistas que veem a aprendizagem como uma fixação de hábitos baseada na seleção de associações estímulo-resposta, em que ela não passaria de uma soma arbitrária de reflexões condicionadas. A implicação psicológica mais geral deste novo ponto de vista é a de que o ser humano nasce dotado de um mecanismo formador de conceito já inerentemente bem especificado, próprio da espécie, que entra em funcionamento diante dos dados da realidade e produz aprendizagem de um determinado tipo e não outra. (LEMLE, 1967, p. 58)

A teoria linguística, ao definir abstrata e formalmente o conceito “língua” estaria não só apresentando inferências a respeito das estruturas dos dados linguísticos, mas ao mesmo tempo definido a parte inata da capacidade humana da linguagem. (LEMLE, 1967, p.58)

Por meio desse discurso a favor da Gramática Gerativa, Lemle tornou-se líder intelectual de um grupo, que de fato se institucionalizou na linguística brasileira nas décadas de 1970 e 1980, sinal de que a retórica de Miriam Lemle teve sucesso e ganhou adeptos.

3.3 Construturalismo, Mattos e Back e a ruptura total pretendida:

Passamos a analisar o discurso apresentado pelo movimento construturalista. Para tanto, vamos considerar um texto programático escrito por um dos seus propositores, Geraldo Mattos, no entanto, deve-se entender que o movimento construturalista é obra de uma dupla, Mattos e Eurico Back. Desse modo, fazemos a seguir alguns comentários sobre o percurso de Mattos e de Back também para uma compreensão maior do que foi a proposta construturalista, apresentada no artigo programático que em seguida é objeto de nossa análise historiográfica.

Geraldo Mattos Gomes dos Santos (1931-2014) concluiu seus cursos de Letras e de Direito em 1958, e em 1962 tornou-se doutor em Letras. Ministrou aulas a convite de Eurico Back na Universidade Católica em Curitiba, estabelecendo uma longa parceria na vida acadêmica e nas publicações didáticas e teóricas. Foi com Back que Mattos propôs na década de 1970 um programa de investigação que seria reconhecido como Gramática Construtural (cf. BATISTA, 2011; 2013b). Os dois escreveram a *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* em 1972, obra fundamental para a proposição e explicitação da Gramática Construtural, ou Construturalismo, composta por dois volumes e dividida em quatro partes: Comunicação, Léxica, Semântica e Estilística.

Back e Mattos também publicaram livros para escolarização básica. Geraldo Mattos escreveu a coleção “Nossa cultura”, destinada para o ensino do 2.º Grau. Em 1974, novamente com Back, publicou o livro *Prática de Ensino de Língua Portuguesa*, destinado à formação de professores. Os autores, evidenciando uma parceria sólida, publicaram ainda obras destinadas à preparação para concursos públicos e para redação.

Em 1973, foi publicado o primeiro volume de um periódico que teria como função principal divulgar a teoria que Mattos e Back então propunham, no sul do país: a *Construtura – Revista de Linguística, Língua e Literatura*.

De todas as obras publicadas pelos autores, a *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* foi a que mais repercutiu no meio acadêmico, principalmente

no sul do país, uma vez que é inegável o espaço de polêmica - aceitação ou não - em que a proposta construturalista esteve envolvida (cf. BATISTA, 2013). Segundo Mercer (2013), Back e Mattos, ao elaborar essa gramática, pretendiam:

[...] construir uma alternativa em dois campos: no estudo da língua portuguesa, apresentando um modelo de descrição em bases científicas, que superasse as limitações da gramática tradicional, e no ensino da língua materna, propondo uma metodologia baseada no enriquecimento das habilidades linguísticas em lugar da esterilidade das práticas gramaticalizantes. (MERCER, 2013, p.11)

O Construturalismo sofreu influência da Glossemática de Louis Hjelmslev e também das propostas da Tagmêmica, uma das vertentes do Estruturalismo norte-americano. No entanto, Back e Mattos, em sua retórica de ruptura com paradigmas de investigação linguística não só nacionais como os clássicos internacionais já consagrados na década de 1970, rejeitaram qualquer influência em sua proposta construturalista, divulgada insistentemente por eles como inovadora e distante de diálogos muito próximos com outros programas de pesquisa linguística. No entanto, a ampla análise que Batista (2013b) faz do movimento nos possibilita verificar que, na verdade, a retórica adotada pelos dois deixava de apontar com mais propriedade diferentes influências, principalmente da Linguística norte-americana estruturalista (de base behaviorista), que estavam, sim, presentes em seu trabalho.

Em um *Manifesto*, publicado no periódico *Construtura*, em 1973, Back e Mattos apresentaram os conceitos da Gramática Construtural, determinando com forte retórica de ruptura seu espaço em relação a outros paradigmas de pesquisa linguística (já institucionalizados e reconhecidos na época), e elaboraram um quadro comparativo entre o Construturalismo e o Estruturalismo. Nessa atitude dos linguistas, é inegável a presença de um desejo de descontinuidade com o que se produzia em Linguística na época.

Na comparação, os autores afirmaram que a Linguística Construtural opunha-se a uma Linguística Estruturalista. Segundo Back e Mattos (1973, p.112), “o Construturalismo se opõe diametralmente ao Estruturalismo (ou Estruturalismos) em pontos fundamentais”. Percebemos por meio do uso do plural “Estruturalismos”

que a nova teoria linguística apresentada pelos pesquisadores brasileiros era única e, por isso, não poderia ser comparada com as várias vertentes dos estudos estruturalistas. Aqui fica caracterizado o discurso de ruptura com um movimento que também estava em evidência na época.

O quadro apresentado pelos autores da Linguística Construtural é o seguinte:

Estruturalismo	Construturalismo
Método indutivo.	Método dedutivo.
Articulatório: dos menores elementos às formas maiores.	Analítico: das formas maiores aos menores elementos.
Desprezo da semântica: limita-se ao estudo do significante; ou em outra corrente estruturalista, análise com base no significado.	Valoração da semântica: importante é a mensagem; o significante é apenas veículo.
Sistema: conceito de conjunto de elementos opositivos.	Sistema: conceito de conjunto de elementos constantes.
Conceito de língua como um “corpus”, um estoque: insistência na imitação, repetição.	Conceito de língua como estoque e como estilo: insistência no domínio passivo e no domínio ativo.

Quadro 5 – Quadro comparativo Estruturalismo x Construturalismo - **Fonte: *Construtura*, ano 1. nº 1 (1973, p.113)**

Nessa comparação, por exemplo, os autores foram enfáticos ao dizer que o Estruturalismo apresentava “desprezo” pela semântica; em contrapartida, na proposta construtural, havia uma “valoração” dos estudos do significado linguístico.

Nessa mesma linha, Back e Mattos elaboraram também um quadro comparativo com a Gramática Transformacional. As comparações apresentadas pelos autores são estas:

Transformacionalismo	Construturalismo
O ponto de partida. Escolha de “sentenças básicas”: todas as estruturas são transformações “básicas”.	Tal escolha é arbitrária. Existem transformações (históricas e estilísticas); mas nem toda língua é transformação.
Desenvolvimento dedutivo das “sentenças” derivadas.	Desenvolvimento dedutivo das formas maiores até os elementos menores com base na Comunicação.
Estruturas superficiais e estruturas profundas: explicação daquelas por intermédio destas.	As “estruturas profundas” são a construção do trajeto semântico. As “estruturas táticas”, que devem ser explicadas a) como significantes: b) como portadores possíveis “estruturas profundas” diferentes; pois o sinal é convencional”.
Predomínio da semântica sobre as estruturas de superfície.	Separação do estudo semântico do estudo lexical: o significante é vagão, cuja estrutura deve ser explicada, independentemente da eventual carga que possa estar transportando.
Maior insistência na “performance” do que na “competence”; não há o levantamento total dos níveis de articulação existentes na língua e de suas variantes.	Insistência no estoque (“competence”) e na atuação, domínio ativo, em três graus, um de imitação e dois de criatividade (“performance”).

Quadro 6 – Quadro comparativo Transformalismo x Construturalismo Fonte: *Construtura*, ano 1. nº1 (1973, p.113-114)

Outro ponto discutido nesse mesmo artigo foram as características do Construturalismo. São quatorze itens que enaltecem, por exemplo, os conceitos relacionados à fonologia, morfologia e sintaxe. Em sua retórica, utilizaram termos como “nova concepção” e “divisão diferente da Gramática”, ou seja, nessa vertente linguística seria apresentada uma nova ideia para o ensino de língua e esse ensino também seria diferente.

Na apresentação do primeiro volume do periódico *Construtura*, Geraldo Mattos já nos informava o motivo da proposta:

Atendendo essa dinâmica de descoberta, o Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica do Paraná lançou-se, também, à conquista do futuro. Uma década de pesquisas no campo da linguística assegurou-nos novos métodos e novas técnicas de entrada nas ciências e na arte da linguagem. (MATTOS, 1973)¹³

Nessa apresentação, Mattos utilizou adjetivos como “novos” e “novas” para dizer que o Construturalismo apresentaria aos pesquisadores da Linguística um

¹³ Não há indicação de página na apresentação do periódico da revista *Construtura* (1973).

olhar inovador para os estudos da linguagem, isso denota que todos os estudos anteriores tornavam-se, a partir de então, velhos.

Para destacar a importância da proposta construturalista, também buscou apontar a necessidade da formação de um grupo de especialidade no momento em que usou a expressão “*a conquista do futuro*”. Ao usar esses termos, o linguista vislumbrava a formação de um grupo que o apoiasse para expandir a Linguística Construtural; o que de fato não ocorreu de modo tão abrangente quanto Mattos e Back desejavam.

Segundo Altman (1998), essa expansão não aconteceu, entre outros fatores, por conta da aproximação de propostas construturalistas com princípios do Estruturalismo (ainda que Mattos e Back negassem essa característica de sua proposta), e isso, para aquele momento, não seria visto com bons olhos, diante da novidade da Gramática Gerativa:

[...] o modelo, enquanto tal, foi rejeitado pelo restante da comunidade acadêmica que o percebeu fortemente vinculado a princípios estruturalistas (tagmêmicos), incompatíveis com o novo ideal de cientificidade gerativista (chomskiano) que começava a entrar em evidência. (ALTMAN, 1998, p.281)

Em busca de um posicionamento de descontinuidade, nos dizeres de Mattos e Back apareceram expressões como “*não nos filiamos a nenhuma das correntes existentes*”. Em um trecho como esse percebemos que os autores não queriam unir-se a grupos ligados a outros movimentos linguísticos, pois na visão de Mattos e Back (1973), ainda na apresentação dos seus objetivos:

- a) Nenhuma escola ou corrente da Linguística Moderna conseguiu fazer uma descrição coerente de todos os fatos de uma língua. (Apenas fatos isolados ou de fatos muito delimitados.)
- b) Todas as escolas trabalham fundamentadas em algo científico (parte de suas afirmações são verdadeiras); mas ou se baseiam em premissas falsas e têm procedimentos científicos, ou o procedimento é truncado por falta de uma visão total e coerente dos fatos linguísticos, ou os estudos são tremendamente incompletos por não terem encontrado os meios adequados.
- c) Nenhuma corrente conseguiu, por isso, estabelecer a Linguística num corpo de doutrina global e coerente, sistematizando todos os fatos da linguagem. (BACK e MATTOS, 1973, p.1)

Ao escolher os artigos indefinidos “nenhuma” e “toda” os autores negaram as pesquisas realizadas anteriormente, além disso, outras expressões como “premissas falsas”, “procedimentos científicos truncados”, “falta de uma visão total e coerente dos fatos linguísticos” demonstram que os autores da Linguística Construtural vieram para criar polêmicas com outros grupos que discutiam a linguagem na mesma época.

No artigo “A linguística construtural” publicado na *Revista Brasileira de Linguística* em 1974, Mattos defendeu a questão da cientificidade para os estudos relacionados à linguagem. Para ele era necessário “ter assunto, postulados e instrumento de trabalho” (1974, p. 22-23). Postulados para o linguista seriam “as verdades essenciais em que se baseiam todas as outras conclusões” (1974, p. 22-23).

Mattos no decorrer de seu artigo explicou que “a boa escolha dos postulados e da estrita obediência a eles decorre a coerência da pesquisa. O bom postulado nem se comprova nem se refuta” (1974, p.27).

Para justificar o assunto da pesquisa, Mattos buscou usar termos diferentes daqueles que eram usados nas gramáticas tradicionais. Segundo o autor:

É preciso, portanto, criar uma nova linguagem que nos sirva de instrumento de pesquisa. A essa linguagem chamamos de metalinguagem. (MATTOS, 1974, p.29)

Ao criarmos a metalinguagem, esta passa a ser o assunto da nossa pesquisa: é preciso uma terceira linguagem, que se possa empregar como instrumento desta nova pesquisa, que nos há de fornecer a metalinguagem. A esta terceira linguagem chamamos paralinguagem. (MATTOS, 1974, p.29)

Além das expressões apresentadas na Gramática Construtural, houve também a inserção de novo conceito para texto:

[...] Um barulho, um gesto ou um toque podem alcançar o outro: o barulho, o gesto e o toque atingem respectivamente a audição, a visão e o tato. Qualquer um desses é um texto (auditivo, visual ou tátil) empregado para alcance de outro indivíduo. O texto é físico e pode ser reproduzido mecânica ou eletronicamente. (MATTOS, 1974, p.23)

Outro conceito desenvolvido por Back e Mattos foram as cláusulas. A cláusula é composta pelos elementos de um diálogo envolvendo dois indivíduos, ou seja, o ponto de partida para o início de uma conversa. Ela foi dividida em três tipos:

- a) cláusula de pergunta;
- b) cláusula de comando;
- c) cláusula de notícia.

No artigo “Processamento Sintático” publicado em 1973 na *Revista Construtura*, ano 1 – nº 2, Geraldo Mattos logo na introdução afirmou que o indivíduo que estuda uma língua teria a oportunidade de optar por duas técnicas: a síntese do emissor ou a análise do receptor. Percebemos claramente que o linguista fez uma crítica ao ensino tradicional. Ele justificou o seu posicionamento apontando a criatividade do emissor e que não seria possível determinar uma regra. Conforme Mattos:

A desvantagem é formidável, porque o trabalho do emissor é eminentemente criativo e nenhuma regra pode dar-se para ele. Mais cômodo é proceder por análises, porque para esta é possível um procedimento rigoroso, inteiramente dedutivo, baseado em regras primeiras e que podemos chamar de postulados. (MATTOS, 1973, p.133)

Batista (2013b, p. 43) aponta que o discurso dos linguistas da proposta construtural foi de ruptura, pois propuseram “formas discursivas e propostas metodológicas próprias na visão de seus autores, contra abordagens da língua baseadas na Gramática Tradicional, na Gramática Gerativa-Transformacional e no Estruturalismo [...]”.

O projeto da Gramática Construtural não foi bem aceito pela comunidade acadêmica da época. A rejeição, segundo Batista (2013b, p.45), “refletiu-se principalmente na ausência de continuidades das propostas”.

Abaixo, apresentamos trechos da retórica de ruptura utilizada por Back e Mattos no prefácio da *Gramática Construtural da Língua Portuguesa*, volume I, de 1972:

<p>Este é um trabalho científico; e, neste debate, também é necessário que os interessados estejam de acordo com as regras do jogo. (BACK e MATTOS)</p>

Descartamos imediatamente a Lógica Filosófica: é consenso unânime não mais fundir ou confundir Análise Sintática com Análise Lógica. [...] Abandonamos também a Gramática Transformacional, os Constituintes Imediatos (a Sintagmática), a Gramática Imanente, por não concordamos com seus postulados. (BACK e MATTOS)

Segundo Batista (2013b, p.64), o discurso dos autores não foi eficaz porque o projeto inicial “perdeu em termos de continuidade histórica, tendo ficado confinado a um período específico em que seus propositores atuaram de modo mais incisivo”.

Ao finalizar as análises dos artigos programáticos, esclarecemos que os parâmetros externos foram contemplados, pois descrevemos os grupos de especialidade específicos de cada corrente linguística analisada, mapeamos os centros de pesquisa de cada período e apontamos os líderes intelectuais, sendo Mattoso Câmara relacionado ao Estruturalismo, Miriam Lemle referente à Gramática Gerativa, Geraldo Mattos e Eurico Back referente à Gramática Construtural. Em relação aos parâmetros internos contextualizamos cada autor e seu artigo em programas de investigação científica específicos, analisamos a retórica utilizada pelos linguistas pertencentes a diferentes grupos e, por último, discutimos a retórica de ruptura. Ao analisar o discurso desses linguistas, notamos que todos eles apresentaram propostas de descontinuidade em relação aos movimentos que lhes eram anteriores ou mesmo contemporâneos.

Conclusão

Os estudos relacionados à Linguística Brasileira iniciaram-se de modo institucional a partir da década de 1960, e nesse momento diferentes programas de investigação em ciências da linguagem, com diferentes propostas teórico-metodológicas, lutavam para demarcar o seu território. Essa busca por reconhecimento, autonomia e espaço social reconhecido entre os pares pode ser evidenciado, por exemplo, pela publicação de artigos programáticos, que refletem em uma dimensão mais ampla a formação de grupos de especialidades, com pesquisadores se reunindo em torno de uma proposta específica de descrição e análise linguística.

Esses grupos de especialidade que começavam a se articular no espaço acadêmico brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 adotaram retóricas de descontinuidade em relação a trabalhos ou que lhe eram anteriores, ou que lhe eram contemporâneos, porém considerados como opostos, em relação ao modo e formas de tratamento de fenômenos linguísticos. Foi exatamente essa retórica de ruptura que permitiu mapear movimentos de descontinuidade na linguística brasileira que ensaiava seus primeiros passos. Como toda palavra carrega sua carga ideológica, foram os posicionamentos discursivos de linguistas que delinearão espaços sociais em busca de reconhecimento na academia e na produção em pesquisa linguística no Brasil.

Como vimos, um dos primeiros grupos a ter destaque foi o formado por pesquisadores que se reuniram em torno do Estruturalismo. Nesse período, os trabalhos estavam direcionados ao Estruturalismo da corrente europeia. A visão norte-americana, segundo Altman (1998), não fora bem recebida pelos pesquisadores brasileiros, ainda que tenha havido discussão e divulgação dos trabalhos de Edward Sapir. O Estruturalismo, como já citado anteriormente, foi disseminado, aqui no Brasil, por Mattoso Câmara e os objetivos desse movimento vieram para romper com a Filologia, Dialetolegia e também com o ensino da Gramática Tradicional. Na argumentação retórica desse grupo, destacou-se a

vinculação a um paradigma já consolidado, exatamente por isso que a manifestação discursiva de Mattoso em seu artigo se dá por meio de um reexame histórico do programa que divulgava. Destacavam-se a busca por uma análise descritiva sincrônica e a busca por métodos explícitos de análise, contrapondo-se, assim, a estudos de base histórica e que não consideravam língua exatamente como uma estrutura a ser descrita em seus componentes formais, relacionados sistematicamente. Em seu artigo, Mattoso Câmara apresentou a descrição da língua ao citar os vários linguistas que se debruçaram para descrever elementos de várias línguas, tais como as indígenas. Além disso, o Estruturalismo analisou as relações associativas e sintagmáticas do uso da língua, estabeleceu relações com os elementos das formas linguísticas e as funções comunicativas.

Já o artigo “A linguística construtural”, de Geraldo Mattos, que também foi publicado nas décadas de 1960 e 1970, apresentou um discurso de descontinuidade em relação à Gramática Gerativista, à Gramática Tradicional e ao Estruturalismo. Tentou apresentar, em uma retórica de destacada ruptura, uma nova visão para o ensino da língua, porém, pode-se argumentar, considerando a descontinuidade da proposta na história da linguística brasileira, que o grupo não obteve êxito, ainda que tenha ficado na memória da ciência da linguagem nacional como uma proposta inovadora de descrição e análise de língua em todos os seus componentes, desde o mais estrutural e sistêmico, como o fonema, até o mais relacionado ao processo comunicativo, como o texto e os fenômenos semânticos. Em seu artigo programático, Geraldo Mattos fez a descrição da língua ao apresentar o modelo linguístico da Gramática Construtural, analisou, entre outros elementos, a sequência de sílabas em relação à prosódia, estabeleceu relações com os elementos das formas linguísticas e as funções comunicativas ao explicar o código, mensagem, paralinguagem. Quanto aos representantes dessa vertente linguística, os autores afirmaram que buscaram “um novo modelo” para descrever a língua, porém, no início, buscaram na Tagmêmica de Kenneth L. Pike para organizar a Gramática Construtural.

Outro exemplo de ruptura na linguística brasileira pode ser observado pela retórica de ruptura adotada por Miriam Lemle, ao publicar a resenha “O Novo Estruturalismo em Linguística: Chomsky”, na qual, como vimos, apresentou as ideias

de Noan Chomsky. O discurso apresentado pela pesquisadora brasileira era marcado pela novidade que a gramática gerativista traria para as análises linguísticas. A retórica foi de descontinuidade, pois o Gerativismo, no posicionamento discursivo de Lemle, tinha vindo para alterar o rumo das pesquisas em linguagem, ancoradas que estavam na gramática tradicional e no estruturalismo de base saussuriana. Logo após a publicação do artigo de Lemle, houve outros trabalhos relacionados à Gramática Gerativista tanto nacionais quanto outros traduzidos, livros com instruções gerativistas e assim formou-se um grupo que aceitou o caminho desenhado por Chomsky. Pode-se argumentar, nesse sentido, que a retórica de Lemle encontrou adesão por parte de muitos dos jovens linguistas que começavam suas carreiras na época, possibilitando, assim, a formação de um grupo de especialidade ainda atuante com destaque na ciência linguística nacional.

Fica evidente que nessas décadas houve um turbilhão de ideias linguísticas, e cada grupo defendia o ponto de vista apresentado por meio da adoção de retóricas de descontinuidade. A observação pretendida nesse trabalho tinha como objetivo evidenciar duas linhas centrais de reflexão para a compreensão da história da linguística brasileira:

a) Em primeiro lugar, apresentar a contribuição da Historiografia da Linguística para as reflexões a respeito do tipo de ciência de linguagem que se faz no Brasil. Para tanto, trabalhar com categorias de análise como retórica e grupos de especialidade permitiu demonstrar que a prática científica não é desvinculada de elementos de natureza histórica e social, pois pesquisadores, cientistas, professores articulam-se em grupos, no qual o reconhecimento dos pares é condição fundamental para que se produza pesquisa. Desse modo, analisar a história de uma disciplina e de um campo de conhecimento como a Linguística é procurar também delinear as relações sociais, históricas e ideológicas em sua própria constituição, que permitem que cientistas trabalhem em determinados temas, que professores ensinem determinados assuntos;

b) Em segundo lugar, evidenciar como a retórica adotada por pesquisadores em determinado momento da história de uma disciplina deve ser observada pelo

historiógrafo como importante elemento de análise, uma vez que os dizeres de pesquisadores e professores revelam, por detrás de uma superfície textual-discursiva, fatores em atuação na constituição e no desenvolvimento de uma disciplina. Nesse sentido, dizer não é apenas dizer, ou, como apresentamos neste trabalho, defender um programa de pesquisa, um modelo de análise e um ponto de vista de sobre a língua e seus fenômenos não é apenas escrever um texto programático. Muito pelo contrário, está nesses dizeres, circunscritos a espaços sociais de atuação específicos, o ideal de conquistar um lugar reconhecido pelos pares. Uma retórica que se mostra como de descontinuidade revela, em suas palavras, a busca pela demarcação de um modo de entender a linguagem que não encontra reconhecimento, na visão dos que constroem esse tipo de discurso, em práticas científicas correntes. Ou seja, ser revolucionário na retórica, abrindo espaço por uma ruptura, é antes de qualquer coisa negar uma série de saberes em curso num determinado recorte histórico. Cabe ainda ao historiógrafo analisar se essa retórica de fato rompeu com modos de análise de fenômenos da linguagem ou se não encontrou receptividade o suficiente para de fato modificar o cenário das pesquisas científicas. Como vimos, não ficou apenas na retórica os dizeres de Mattoso e Lemle, ao passo que todo o desejo de descontinuidade da Gramática Construtural, por falta de articulação de diferentes elementos sociais que garantissem reconhecimento, ficou encerrado em suas próprias palavras revolucionárias.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. **Construtura**. *Revista de Linguística, Língua e Literatura*, Curitiba, ano 1, n. 1, mar.1973.

BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. **Gramática Construtural da Língua Portuguesa**. 2 v. São Paulo: Editora FTD, 1972.

LEMLE, Miriam. O novo estruturalismo em linguística: Chomsky. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 15-16: p. 51-64, 1967.

LEMLE, Miriam. Analogia na morfologia: estudo de um caso. **Revista Brasileira de Linguística**, Petrópolis, RJ. Editora Vozes: n.1, 1974.

LEMLE, Miram. **Análise sintática: teoria geral e descrição do português**. São Paulo: Ática, 1984.

MATTOS, Geraldo. A linguística construtural. **Revista Brasileira de Linguística**, Petrópolis: Editora Vozes: n.1, 1974.

MATTOS, Geraldo. Processamento sintático. **Revista de Linguística, Língua e Literatura**, Curitiba, ano 1, n. 2, jun. 1973.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. O estruturalismo linguístico. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 15-16: p. 5-44, 1967.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: p. 95-114, 1972.

Fontes secundárias

ALTMAN, Cristina. Trinta anos de Linguística Brasileira - Movimentos de afirmação e autoafirmação profissional. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 389-408, 1994.

_____. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas, 1998.

_____. A conexão americana: Mattoso Câmara e o círculo linguístico de Nova Iorque. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. especial, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: ago. 2013.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. **A recepção à gramática gerativa no Brasil (1967-1983): Um estudo historiográfico**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

_____. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à gramática gerativista. **Revista Anpoll**, São Paulo, n. 29, v. 1, p. 260-291, jan./jun. de 2010.

_____. Aceitar ou negar as propostas da Gramática Construtural: uma interpretação historiográfica e sociológica de um período da gramática brasileira. **Anais do VII Congresso Internacional da Abrain**. Curitiba, 2011.

_____. “Manual da Linguística”: Homonímia ou polissemia da História? **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 28, n.1, p. 129-160 São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set. 2013

_____. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez, 2013a.

_____. Uma técnica, um grupo e uma retórica: A Gramática Construtural na História da Linguística Brasileira. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p. 39-66. jan/jun. 2013b.

_____. Descontinuidades na história da linguística brasileira: a retórica de ruptura da Gramática Gerativa e da Gramática Contrutural. (no prelo)

BORGES NETO, José. O empreendimento Gerativo. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. (orgs). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 93-129, 2007.

_____. A Linguística Construtural: um capítulo da história da linguística no Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p.15-38, jan/jun. 2013.

CASTILHO, Ataliba.T. Estudos linguísticos no Brasil. Notas para sua história. **Revista Alfa**, n. 2, p. 135-143, 1962.

_____. A reforma dos cursos de Letras. **Revista Alfa**, n.3, p. 05-38, mar. 1963.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1976.

CORACINI, Maria José. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: EDUC, 1991.

DESCHAMPS, Dário. **Mecanismos Nasais no Português**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Santa Catarina, 1976.

FIORIN, José Luiz. A criação dos cursos de Letras no Brasil e as primeiras orientações de pesquisa Linguística Universitária. **Revista Lingua e Letras**. p.11-

25. Vol.7, n.2. 1º sem 2006. Disponível em: <<http://www.unioeste.br>> Acesso em: ago. 2013.

ILARI, Rodolfo. “O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos”, In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina. (orgs). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 53-92, 2007.

KATO, Mary A.; RAMOS, Jânia. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil - **DELTA Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 15, n. especial, São Paulo,1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: out. 2013.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo, In: MARTELOTTA, M. (org.). **Manual de Linguística**, São Paulo: Contexto, v. 1, p. 126-140, 2008.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia Linguística. **Revista da ANPOLL**, nº 2, 1996a. p. 45-70.

_____. **O problema da metalinguagem em historiografia linguística**. Tradução Cristina Altman. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 12, n.1, 1996b. p. 95-124.

MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim. **Princípios de linguística Geral**. 7.ed. Rio de Janeiro: Padrão Editora Ltda., 1989

MERCER, José Luiz da Veiga. Apresentação. **Revista Letras**, Curitiba, n. 87, p.11-14, jan/jun. 2013.

MURRAY, Stephen. **Theory Groups and the study of language in North America: a social history**, Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins, 1994.

NARO, Anthony Julius (Org.). **Tendências atuais da linguística e filologia na Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1976.

NIVETTE, Joseph. **Princípios de Gramática Gerativa**. Tradução Nilton Vasco da Gama. São Paulo: Pioneira, 1975.

OLIVEIRA e PAIVA, Vera Lúcia de. **Aquisição de segunda língua**. São Paulo: Parábola, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é Linguística**. 16.^a reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POLACHINI, Bruna Soares. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: estudo historiográfico – versão corrigida**. 2013. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo.

ROBINS, R.H. **Some Continuities and Discontinuities in the History of Linguistics**. In: Parret (ed.) p. 13-31, 1976.

RODRIGUES, Ayrton Dall'Ígna. A obra científica de Mattoso Câmara Jr. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. especial, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em dez. 2013.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. **História do falar e história da linguística**. Trad. de Fernando Tarallo et al. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1993.

SWIGGERS, Pierre. The history writing of Linguistics: a methodological note. **General Linguistic**. 21:1, p. 11-16, 1981.

_____. Reflections on (models for) Linguistic Historiography. In: Hüllen, Werner (ed.) **Understanding the Historiography of Linguistics**. Problems and projects. Münster: Nodus Publikationen, p. 23-25, 1990.

_____. Creuser dans l'histoire des sciences du langage: vers une archéologie du savoir linguistique. **La Licorne**. Publication de la Faculté des Lettres et langues de l'Université de Poitier. p. 115-134, 1991.

_____. Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística. Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística. **Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL**. La laguna (Tnerife), 22 al 25 de octubre de 2003, p. 113-146.

_____. História e Historiografia de Linguística: Status, Modelos e Classificações. **Eutomia**, p. 1-17, 2010.

_____. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Revista Todas as Letras**, v. 14, n.1, p. 38-53. São Paulo, 2012.

_____. A Historiografia da Linguística: objeto, objetivos, organograma. In: **Revista Confluência**, nº 44/45 – p.40-59, 2013.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Mattoso Câmara: um novo discurso sobre o estudo da linguagem no Brasil. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 20, n. especial, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> Acesso em: dez. 2013.

WEEDWOOD, Bárbara. **História concisa da Linguística**. 3. ed. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ZIMAN, John. **O homem e a ciência: conhecimento público**. Tradução Regina Régis Junqueira . Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, 1979.